

30 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Justiça executa 16% das decisões de 1ª instância em 2010

Morosidade na execução de sentenças contribui para congestionamento dos tribunais, diz relatório do CNJ

Levantamento mostra que mais da metade dos processos iniciados no ano passado ficou parado o ano inteiro

FELIPE SELIGMAN
DE BRASÍLIA

De cada cem decisões proferidas pela Justiça da primeira instância ou juizados especiais em 2010, apenas 16 foram de fato executadas. O restante entra na fila e forma o chamado "congestionamento" de processos — casos que demoram mais de um ano para serem resolvidos.

O levantamento, divulgado ontem pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça), registra uma taxa de congestionamento de 84%. Esse número é praticamente o mesmo registrado em 2009 (86,6%).

Segundo o relatório, o maior problema está na cobrança de dívidas.

O acúmulo também atinge os processos recém-chegados ao Judiciário. Os dados mostram que 58% dos casos protocolados no ano passado ficaram parados.

Se contabilizados tanto os processos que ainda aguardam uma primeira análise e aqueles que só faltam serem executados, a média geral do congestionamento, na primeira instância da Justiça nacional, é de 70%.

"Os números não deixam nenhuma dúvida de que há um deficit muito grande em relação às demandas da sociedade e a capacidade do Judiciário de responder", avaliou o presidente do CNJ, Cezar Peluso.

As taxas de congestionamento de 2010 não sofreram grandes alterações quando comparadas com anos anteriores. Houve, no entanto, uma queda de 3,9% de processos novos em relação a

2009 —o Judiciário recebeu, no ano passado, 24,2 milhões de casos.

O conselheiro José Guilherme Werner aponta como um dos motivos para o problema da morosidade judicial o baixo o número de magistrados. Segundo o relatório, o Brasil tem aproximadamente nove magistrados para cada 100 mil habitantes. No total, o país conta com 16,8 mil juízes.

"O Brasil está um pouco abaixo em número de magistrados por habitantes em relação a outros países. No entanto, a gente sabe que temos certas peculiaridades como, por exemplo, a grande demanda referente aos órgãos governamentais", disse o conselheiro.

DESPESAS

Os dados mostram que o Judiciário gastou em 2010 R\$ 41 bilhões (1,12% do PIB nacional), um crescimento de 3,7% do que foi registrado em 2009, quando os gastos foram de R\$ 39,6 bilhões.

Na realidade, os dados do CNJ informaram que cada nova ação protocolada em 2010 custou uma média de R\$ 1.694. O maior gasto é registrado na Justiça do Trabalho: cada processo novo tem um custo médio de R\$ 3.200.

“Os números não deixam nenhuma dúvida de que há um deficit muito grande em relação às demandas da sociedade e a capacidade do Judiciário de responder

CEZAR PELUSO
presidente do CNJ

CONTINUA

FOLHA DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 AGO 2011

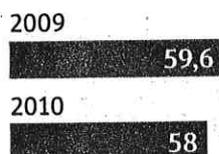
JUSTIÇA CONGESTIONADA

CNJ mostra que 84% das decisões tomadas em 2010 não foram executadas

TAXAS DE CONGESTIONAMENTO - 1ª INSTÂNCIA

■ Em análise

% de processos que não foi analisada no ano em que chegou à Justiça



■ Em execução

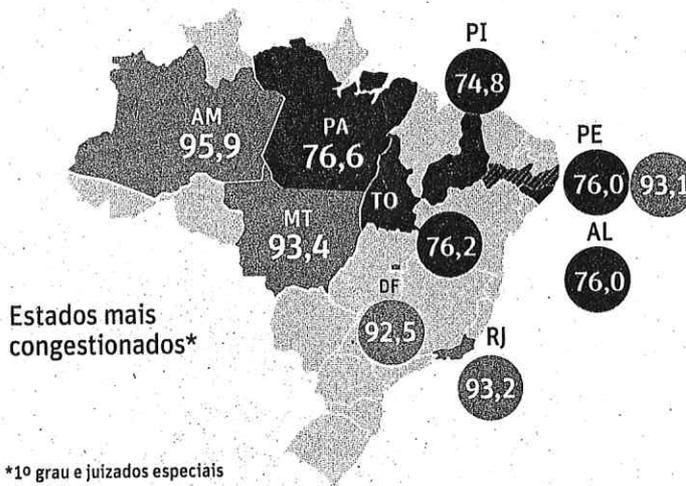
% de processos cuja a decisão não foi aplicada no ano em que foi tomada



Só 16 de cada 100 decisões de 1ª instância são executadas

De cada 100 decisões da Justiça de primeira instância ou juizados especiais em 2010, só 16 foram executadas. O restante engrossou a fila de processos que levam mais de um ano para serem resolvidos, diz relatório do CNJ (Conselho Nacional de Justiça). O maior problema está na cobrança de dívidas.

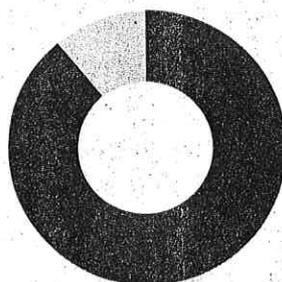
Os dados mostram ainda que 58% dos casos protocolados no ano passado ficaram parados.



DESPESA TOTAL DO JUDICIÁRIO BRASILEIRO

89,6% do total

é comprometido com gasto em recursos humanos



Recursos humanos
R\$ 36,8 bilhões

Outros
R\$ 4,2 bilhões

Processos em tramitação
83,4 milhões

Processos novos
24,2 milhões

Sentenças proferidas
22,2 milhões

FOLHA DE S. PAULO

**Previdência
de servidor
tem prejuízo
de R\$ 57 bi**

30 AGO 2011

O número se aproxima do Orçamento da Educação

O rombo nas contas da Previdência Social do setor público federal para este ano deve ficar em torno de R\$ 57 bilhões, valor 11,76% maior do que o verificado em 2010.

Esse número, segundo o secretário da pasta Jaime Mariz, deve ficar perto de todo o Orçamento da Educação para 2011, que é de R\$ 69,7 bi.

Para Mariz, em cinco anos, esse deficit poderá ter uma elevação ainda maior, já que cerca de 40% dos servidores deverão se aposentar.

“Atualmente, a União tem 1,11 milhão de servidores públicos. Em cinco anos, 40% já terá tempo para se aposentar. Se hoje o deficit cresce a 10%, nesse período nós teremos o deficit aumentado ainda mais”, afirmou.

Os servidores públicos e os militares são enquadrados no Regime Próprio da União —sistema de previdência que conta somente com esses trabalhadores.

Já o regime geral, formado por 24 milhões de funcionários da iniciativa privada, fechou 2010 com um deficit de R\$ 43 bilhões.

Segundo Mariz, a aprovação do projeto de lei que cria um fundo de previdência complementar para os servidores públicos irá fazer com que o deficit da Previdência dos servidores diminua. Isso, no entanto, só deve começar a ocorrer em 15 anos.

FOLHA DE S. PAULO

MONICA BERGAMO

CRIME E CASTIGO

Uma pessoa merece ser condenada pela Justiça porque roubou um xampu ou um pote de margarina? Em 52,2% dos casos que chegaram ao Supremo Tribunal Federal entre 2005 e 2009, a corte decidiu que não. Aplicou, assim, o princípio da insignificância — quando a lesão ao patrimônio não justifica a repressão penal.

CRIME E CASTIGO 2

Quando os crimes são fiscais ou contra a administração pública, o percentual salta para 72% dos casos.

PESOS E MEDIDAS

Os valores também diferem. Na maior parte dos crimes patrimoniais, o STF julgou irrelevantes furtos na faixa entre R\$ 1 e R\$ 100. Nos crimes contra a administração pública, foram considerados irrelevantes crimes entre R\$ 3 mil e R\$ 5 mil. A pesquisa foi realizada pela Faculdade de Direito da USP, sob coordenação do professor Pierpaolo Bottini.

MONICA BERGAMO

AL MARE

A 1ª Vara Cível do Guarujá determinou que o clube Café Del Mare, localizado na cidade, mude seu nome e decoração, considerados imitações pelos donos da dance-teria Clube Del Mar, de Ibiza. Se a decisão não for acatada, a boate paulista terá que pagar multa diária de R\$ 20 mil.

BRISA

Com o slogan “A brisa da Europa agora no Guarujá”, o Café Del Mare chegou a registrar o domínio www.cafedelmar.com.br, mas já o tirou do ar. O clube espanhol pede também indenização por violação da marca. Os advogados da casa brasileira dizem que vão recorrer.

30 AGO 2011

MONICA BERGAMO
VALE-TUDO

Os apresentadores Luciano Huck e Luciana Gimenez, o ex-jogador Ronaldo, o ministro do STF Luiz Fux e Joana Prado, ex-Feiticeira, assistiram às lutas do UFC no Rio, no sábado. A 9ine, empresa do Fenômeno, cuida da carreira de Anderson Silva, que ganhou o combate com o japonês Yushin Okami.



Luiz Fux

PAINEL FC **Letra da lei**

Juristas do governo federal afirmam serem legítimas as manifestações de torcedores contra o presidente da CBF, Ricardo Teixeira, durante partidas de futebol e que não há nada no Estatuto do Torcedor que impeça esse tipo de protesto, desde que se trate de manifestação política pacífica. Trata-se de liberdade de expressão, justificam os juristas. Somente manifestações de cunho racista, xenófobo ou preconceituoso estão proibidas.

Justiça libera programa de radialista em SP

DE SÃO PAULO - O juiz Paulo Sérgio Jorge Filho, de Franca, concedeu uma liminar na tarde de ontem permitindo que o radialista Juarez da Silva Campos, de Pedregulho (interior de São Paulo), volte a apresentar seus programas na rádio Sociedade FM.

Na semana passada, ele havia sido proibido de levar ao ar programas depois de ter noticiado a indisponibilidade dos bens do vice-prefeito da cidade, Paulo Eduardo Jorge (PSDB). O juiz que decretou a proibição não quis falar ontem com a **Folha**.

30 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

OAB de São Paulo homenageia Folha pelos seus 90 anos

DE SÃO PAULO - A seção paulista da Ordem dos Advogados do Brasil homenageou ontem a **Folha** pelos seus 90 anos em solenidade na sede da entidade, na capital paulista.

O presidente da OAB de São Paulo, Luiz Flávio Borges D'Urso, entregou ao jornal a Láurea de Homenagem da entidade. O diploma foi conferido pelo Conselho Seccional da OAB-SP, órgão máximo da entidade, por proposta do conselheiro Marcelo Tacca.

Na cerimônia, o jornal foi representado pelo secretário de Redação da área de Produção, Vinicius Mota.

A **Folha** surgiu em 19 de fevereiro de 1921 com o vespertino "Folha da Noite". Em 1925 foi criada a "Folha da Manhã" e, em 1949, a "Folha da Tarde". Os três jornais se fundiram em 1960 para formar a **Folha de S. Paulo**.

Ao justificar a homenagem, D'Urso afirmou que "uma imprensa livre é o sustentáculo maior da democracia, e a **Folha** vem desempenhando com destaque seu papel, contribuindo para a formação crítica e cultural do cidadão".

30 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Casal de lésbicas tem dupla maternidade reconhecida

De mochila cor-de-rosa e tiara da mesma cor, Kaylla Brito Santarelli, de três anos, é símbolo de uma conquista. Ela é fruto de um arranjo inédito de dupla maternidade reconhecida pela Justiça.

A garota de Jandira (Grande SP) vai se tornar a terceira criança brasileira a ter o nome de duas mães na certidão de nascimento.

Até 10 de setembro, Kaylla receberá o novo documento. Nele constará o nome de Janaína Santarelli, 29, que a gerou, e o de Iara Brito, 25, que a adotou na condição de companheira da mãe biológica.

“O importante para a criança é que tenha figuras significativas que exerçam as funções parentais, independente de suas opções sexuais”, diz a sentença da juíza Débora Ribeiro. O processo para reconhecer Iara como mãe da criança teve início em 2008.

“Todos temos direito a formar uma família”, diz Janaína. Ela realizou o sonho da maternidade após fazer uma fertilização com um doador desconhecido. Iara, com quem vive desde 2004, acompanhou todo o processo.

Kaylla chama Janaína de “mamãe” e Iara de “manhê”. “Ela sempre diz que tem duas mães”, afirma Iara.

O casal vai relatar a experiência hoje em uma mesa redonda intitulada “Mulheres, lésbicas e relações familiares”, promovido pela Secretaria de Estado da Justiça no Pateo do Collegio, na região

central de São Paulo. O evento faz parte da programação do Dia da Visibilidade Lésbica, festejado ontem.

Cléo Dumas, especialista em direito homoafetivo, afirma que existem outros dois casos de dupla maternidade reconhecida no país.

Um em São Paulo, no qual uma mãe gerou a criança e a sua parceira doou o óvulo. E outro no Pará, onde uma criança de abrigo foi adotada por um casal de lésbicas.

Além de provar que vivem uma relação estável, os casais passam por uma avaliação psicológica. Em Jandira, o estudo diz que Janaína e Iara “proporcionam a Kaylla ambiente saudável, afetivo e favorável ao desenvolvimento”.

O medo das mães era de que a filha fosse vítima de preconceito. Encontraram apoio dos familiares e na escola dela. Kaylla e os colegas não comemoram Dia das Mães ou dos Pais. “A escola instituiu o Dia da Família.”

30 AGO 2011

FOLHA DE S. PAULO

Suspensa propaganda que liga greve a aumento de impostos

Entidades empresariais contestam decisão da Justiça do Trabalho

RODRIGO VARGAS
DE CUIABÁ

A Justiça do Trabalho em Mato Grosso mandou suspender a veiculação de uma propaganda de TV que relacionava greves a aumentos de tarifas públicas e impostos. A decisão é liminar.

A campanha, financiada por entidades empresariais (entre elas, a Câmara de Dirigentes Lojistas e as federações da Indústria e da Agricultura), defendia que “greve custa caro” e que a população é quem “paga a diferença” após as paralisações.

A peça de 30 segundos mostrava imagens de uma greve de motoristas e cobradores de ônibus ocorrida em maio de 2009 e afirmava que, dois meses depois, ocorreu aumento na tarifa.

Os anúncios começaram a ser veiculados há dez dias. Entidades sindicais assinaram ofício conjunto à Procuradoria pedindo a suspensão.

Em nota, o órgão disse ver na campanha “um ato antisindical e abuso de direito por parte dos anunciantes”. “A

YouTube

Fórum das Entidades Empresariais - Greve Custa Caro

geniuspublicidade 425 vídeos Inscrever-se

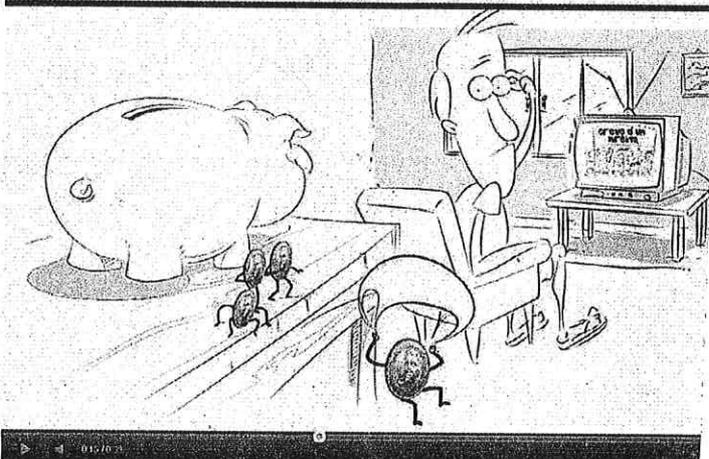


Imagem da propaganda vetada pela Justiça em Mato Grosso

campanha ataca diretamente o direito constitucional de greve assegurado aos trabalhadores brasileiros.”

A ação civil pública pede também que as entidades financiadoras sejam condenadas a pagar R\$ 10 milhões em danos morais coletivos.

OUTRO LADO

Jandir Milan, presidente da

Fiemt (Federação das Indústrias de MT), e Jonas Alves, presidente da Facmat (Federação das Associações Comerciais de MT), disseram não ver ilegalidade. “Só quisemos esclarecer a população”, disse Milan.

Sobre a decisão judicial, Milan disse considerar “sem fundamento”. “Nós vamos contestar”, anunciou.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

PARANÁ EM AÇÃO 30 AGO 2011
Programa fez 34 mil
atendimentos à população



Primeira edição de 2011 do programa Paraná em Ação, encerrada neste domingo em Sarandi, região Noroeste do Estado, realizou mais de 34 mil atendimentos.

A primeira edição de 2011 do programa Paraná em Ação, encerrada neste domingo em Sarandi, região Noroeste do Estado, realizou mais de 34 mil atendimentos. Conforme dados da coordenação do evento, foram confeccionados 1.232 mil documentos, entre carteiras de identidade, de trabalho e CPFs.

Na área da saúde foram feitos 8.477 atendimentos, com diversos tipos de exames, e mais de 1,5 mil orientações e noções de prevenção. Na área jurídica foram aproximadamente 10 mil atendimentos com o projeto Justiça nos Bairros, e na orientação e resolução de casos como registro de nascimento tardio, divórcios, reconhecimento de paternidade e maternidade, serviços previdenciários e aposentadorias, entre outros.

“O evento superou nossas expectativas”, disse o secretário de Relações com a Comunidade, Wilson Quintero. Ele contabilizou

a presença de 22 caravanas, dos municípios de Ângulo, Doutor Camargo, Flórida, Floresta, Iguaraçu, Itambé, Ivatuba, Jandaia do Sul, Mandaguaçu, Mandaguari, Marialva, Maringá, Munhoz de Mello, Ourizona, Paçandu, Sarandi, São João do Ivaí, Santa Fé e dos distritos de Cambuí, Iguatemi, Aquidaban, Água Boa e Floriano.

“Foram atendidas mais de 1.200 pessoas dessas caravanas, muitas delas provenientes de localidades distantes de Sarandi. Essa é uma demonstração da forma séria como o Governo do Paraná está tratando este programa de inclusão social”, destacou Quintero.

O Núcleo de Proteção à Criança e Adolescente Víctima de Crime (NUCRIA) orientou mais de 1.200 crianças e adolescentes, por meio da distribuição de folders educativos e preventivos. “Muitos pais também ouviram as orientações”, disse a delegada Eunice Bonome.

Outro estande que chamou a atenção das crianças foi o do Serviço de Investigação de Crianças Desaparecidas (SICRIDE). A delegada Ana Claudia Machado explicou que as orientações são repassadas por meio de um gibi e de uma oficina. “Tiramos a foto da criança, que depois de pintar e enfeitar o porta-retrato com as figuras da Turminha da Segurança já impressas, cola sua foto e passa a fazer parte da Turminha”. Em torno de 1.150 crianças de Sarandi e região se divertiram pintando o porta-retrato.

30 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Informe Judiciário

Cidadania honorária

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, e o 1º vice-presidente, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, serão homenageados no dia 2 de setembro com títulos de Cidadão Honorário de Londrina. As honrarias foram aprovadas pela Câmara Municipal, por sugestão do vereador Ivo de Bassi. Kfouri e Anunciação atuaram como magistrados em Londrina.

Fórum de Quedas do Iguaçu

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, autorizou o início das obras de reforma do Fórum de Quedas do Iguaçu. O Tribunal vai investir R\$ 543 mil para melhorar as condições de trabalho de magistrados e servidores e de atendimento à população. O presidente autorizou também o começo do processo licitatório para escolher a empresa que vai construir o novo Fórum de Terra Boa. O preço máximo para a obra é de R\$ 5,8 milhões. O desembargador Miguel Kfouri Neto assinou a ordem de serviço para a realização dos projetos complementares para construção do Fórum de Clevelândia. Os projetos complementares vão custar R\$ 87 mil.

Novas Varas para Colombo

No último dia 23 de agosto foram instaladas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo. De acordo com o presidente Kfouri Neto, até o final do ano o TJ deverá instalar cerca de 40 varas em todo o Paraná. A solenidade de instalação das Varas teve uma homenagem à magistrada Mila Aparecida Alves da Luz, que atuava em Colombo e faleceu em 8 de janeiro deste ano. O Órgão Especial aprovou na sessão do dia 15 de agosto que o Salão do Júri do Fórum de Colombo tenha o nome da magistrada, assim como o Fórum Cível e o novo Fórum que será construído. Além das Varas de Colombo, em agosto o presidente Miguel Kfouri Neto instalou a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria de Araucária. No mês passado foram instaladas quatro Varas da Fazenda Pública em Curitiba e duas em Londrina; a 3ª Vara Cível e a Vara de Família, Registros Públicos Acidentes do Trabalho e Corregedoria de São José dos Pinhais; e a 3ª Vara Cível de Guarapuava

Segurança dos magistrados

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfouri Neto, anunciou investimentos de cerca de R\$ 300 mil na compra de automóveis blindados e de coletes à prova de balas, para uso de juízes ameaçados por criminosos no Paraná. As iniciativas em estudo para garantir a segurança dos magistrados incluem a criação do Batalhão Judiciário e o monitoramento à distância dos Fóruns. "O fundamental é que o juiz saiba que estão sendo tomadas medidas de segurança e que o Tribunal se preocupa com ele. Temos que prover segurança às autoridades encarregadas de aplicar a lei", afirma. Em audiência com o governador Beto Richa, o desembargador Kfouri solicitou a inclusão, no programa Paraná Seguro, de adequado policiamento nos Fóruns das 157 Comarcas do Paraná. O uso do registro de preços da Polícia Militar vai agilizar a compra de coletes à prova de balas, que deve ser feita neste mês de agosto. O registro de preços é uma modalidade de concorrência usada pela administração pública em que o fornecedor se compromete a entregar mercadorias a um preço pré-definido. Serão comprados 12 coletes - seis masculinos e seis femininos.

Remessa de armas armazenadas

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, enviou aos magistrados do Paraná ofício circular (79/2011) sobre o mutirão para remessa de armas e munições armazenadas nos Fóruns ao Ministério do Exército. A medida atende a Resolução 134 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento tem instruções aos magistrados sobre a preparação das listas de armas, que devem ser entregues à Casa Militar até o dia 30 de setembro.

Convênio

Convênio assinado no último dia 24 pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em exercício, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, e pelo presidente do Tribunal Popular Superior da Província de Jiangsu, República Popular da China, Gong. Pixiang, marcou o apoio do Tribunal de Justiça no estabelecimento de uma relação de amizade e cooperação na área jurídica, por meio de consultas recíprocas e troca de informações, visando ao desenvolvimento e aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa de ambos os Tribunais. A parceria tem como objetivos promover o intercâmbio e cooperação na área jurídica, no âmbito de relação amistosa entre os dois países; impulsionar as relações entre os Tribunais, visando estreitar as relações internacionais, por meio da promoção de estudos quanto ao direito comparado, além de gestão administrativa; incentivar visitas recíprocas de pessoal técnico e administrativo, para a troca de boas práticas e de projetos de interesse comum; e fortalecer o intercâmbio de jurisprudência, dentro do que for aproveitável pelos dois Tribunais. Participaram também da solenidade o desembargador Antonio Loyola Vieira, os juízes Frederico Mendes Júnior, Francisco Cardozo Oliveira, Eduardo Casagrande Sarrão, Marcos Galliano Daros, Fernando Ganen e Fernando Prazeres.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

JUSTIÇA EM NÚMEROS 30 AGO 2011

Execuções ainda são o maior gargalo do Judiciário

Taxa de congestionamento mede a eficiência da Justiça em resolver os processos

De cada 100 cidadãos ou empresas que procuram o Poder Judiciário, 84 podem até sair com uma decisão judicial favorável em primeira instância, mas não conseguirão fazer valer, de fato, seus direitos. Trocando em miúdos, ainda prevalece na Justiça a máxima: ganhou, mas não levou.

O fato é revelado pelo mais recente levantamento do relatório Justiça em Números (clique aqui para ler na íntegra), divulgado pelo Conselho Nacional de Justiça, em Brasília. O relatório, que traz os números de 2010, mostra que a taxa de congestionamento da execução em primeira instância é de 84%. No caso das execuções fiscais, o volume é ainda maior: 91% de congestionamento.

A taxa de congestionamento mede a eficiência da Justiça em resolver os processos. É a soma dos processos novos com os que já estavam em andamento no Judiciário, subtraídos os processos baixados. Ou seja, solucionados de fato ao longo do ano.

O conselheiro José Guilherme Vasi Werner, do CNJ, afirma que a resolução das execuções é uma das principais preocupações do Judiciário. E que o CNJ estuda quais providências podem ser tomadas para atacar o problema: "A legislação prevê que o Judiciário é quem deve cuidar das execuções,

mas é preciso fazer estudos com base nestes números para adotar providências. Não só o CNJ, mas tribunais e os próprios órgãos de governo podem tentar resolver isso de alguma maneira. Muitos desses processos são burocráticos e, em tese, poderiam ter sido resolvidos administrativamente sem necessidade de ingressar em juízo para solucioná-los".

Segundo o presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, um volume grande de execuções fiscais é provocado por conselhos e organizações profissionais, como conselhos federais de medicina, psicologia, contabilidade e até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil.

"Esses conselhos ocupam o Judiciário com número elevadíssimo de demandas para cobrar as taxas de pagamento desses organismos de valores baixíssimos. Por exemplo, para cobrar R\$ 1,5 mil eles provocam uma despesa do Judiciário de R\$ 4,5 mil. Imaginem o impacto que isso tem, sobretudo na área federal", afirmou Peluso.

No geral, a taxa de congestionamento de processos no ano passado aumentou 3% em relação a 2009. O índice em 2010 foi de 70% de congestionamento. Ou seja, de cada 100 processos ajuizados no ano passado, somente 30 foram decididos até o fim do ano.

30 AGO 2011

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Segurança de juíza de PE está garantida por liminar, diz Peluso

O presidente do Conselho Nacional de Justiça e do Supremo Tribunal Federal, ministro Cezar Peluso, ressaltou que a segurança da magistrada pernambucana ameaçada está garantida por meio de liminar. O comentário foi dado em resposta a críticas de que o CNJ negligenciou a escolta da juíza ao pedir vista do processo em que ela se diz ameaçada.

Para Peluso, “não existe nenhuma consistência” nas acusações de que o CNJ teria adiado a escolta policial à magistrada. Ele conta que a vista foi pedida por um conselheiro para conhecer melhor os “fatos controversos” que estão nos autos, “como é dever de todo julgador”.

O ministro afirmou ainda que os magistrados “não serão abandonados” pelo CNJ ou pelo STF na garantia de segurança e tranquilidade no cotidiano de seus trabalhos. No entanto, Pelu-



Para Peluso, “não existe nenhuma consistência” nas acusações de que o CNJ teria adiado a escolta policial à magistrada

so disse solidarizar com a “justa indignação” com o assassinato a tiros da juíza Patricia Acioli, de São Gonçalo, no Rio de Janeiro.

A segurança da juíza pernambucana será discutida nesta terça-feira (30/8), em sessão ordinária no CNJ. O pleno do Conselho também deve julgar outros 60 itens na sessão desta terça.

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Decisões do Supremo ajudam a aperfeiçoar o CNJ

Na semana passada, o Supremo Tribunal Federal decidiu que o cargo de vice-corregedor de tribunal não integra os chamados cargos de direção. Por isso, quem o exerce não pode ser privado de, depois, assumir a vice-presidência e a presidência do tribunal. A decisão foi tomada em uma disputa interna pelo cargo de presidente do Tribunal Regional do Trabalho de Minas Gerais.

Como dezenas de outras, essa foi contestada na Corte Suprema. Desta vez, o entendimento do CNJ, fixado com base em um voto do decano do Conselho, Marcelo Nobre, prevaleceu. Mas não são poucas as decisões do órgão administrativo que caem diante do juízo do tribunal.

Para Nobre, não há qualquer problema nesse fato. O conselheiro rechaça a ideia de que haja um conflito entre o CNJ e o STF. "Não existe esse conflito. O CNJ é a longa manus do Supremo Tribunal Federal, seu braço administrativo. Os caminhos do CNJ são corrigidos pelos ministros do Supremo", afirma. O conselheiro ressalta que o percentual de decisões do Conselho contestadas no Supremo é mínimo e que quem recorre à Corte está correto. Isso porque, com suas decisões, "o Supremo tem dado as orientações sobre qual é o caminho correto que o Conselho Nacional de Justiça deve seguir".

30 AGO 2011

Mutirões de conciliação recuperam R\$ 144 mi ao SFH

Os mutirões de conciliação feitos entre a Justiça Federal e o Sistema Financeiro de Habitação resultaram na recuperação de R\$ 144,6 milhões em créditos para a Caixa Econômica Federal entre janeiro e agosto deste ano. Desde 1º de janeiro, os cinco Tribunais Regionais Federais fazem mutirões entre os mutuários e representantes da Caixa e da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) para renegociar dívidas na presença de um conciliador.

A Corregedoria Nacional de Justiça, os cinco TRFs e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal estabeleceram a meta de fazer 20 mil audiências de conciliação relacionadas ao Sistema Financeiro de Habitação até o fim do ano. Até agora foram 6,1 mil audiências, que resultaram em 2,8 mil acordos. Os valores arrecadados vão para o Fundo Público, usado para financiar a casa própria de pessoas de baixa renda.

TJ quer saber quantas 30 AGO 2011 armas estão em fóruns

Tribunal pretende encaminhar armamento para destruição entre outubro e novembro. Medida atende resolução do Conselho de Justiça

Diego Ribeiro

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) iniciou um mutirão para catalogar todas as armas e munições hoje armazenadas nos 157 fóruns criminais do estado. A medida atende à Resolução 134 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), decretada em junho deste ano. Na semana passada, os juízes criminais começaram a receber ofícios informando sobre a necessidade do levantamento. O armamento, apreendido dos criminosos, serve como prova em ações que tramitam nos fóruns.

Segundo o corregedor-geral do TJ-PR, Noeval de Quadros, o inventário deve estar pronto até setembro a fim de que se faça um planejamento estratégico para o transporte dos arsenais. Todo o material passível de destruição será encaminhado para quartéis do Exército, o que deve ocorrer

entre outubro e novembro. A presença de armas nos fóruns preocupa as autoridades públicas porque as unidades do Judiciário não estão preparadas para guardar o armamento com segurança.

Por medida de cautela, o TJ-PR não informa o número de armas e munições nos fóruns. Segundo a assessoria militar do tribunal, isso poderia ameaçar a segurança nas unidades do Judiciário. Mas estima-se que, de acordo com informações do próprio TJ-PR divulgadas em dezembro do ano passado, existam cerca de 50 mil armas em sua dependência.

Procedimentos

Os juízes e funcionários dos fóruns estão incumbidos de relatar no inventário os tipos de arma, calibres, fabricação, numeração de registro e todas as informações referentes aos objetos. Para conseguir terminar esse trabalho até o fim de setembro, eles deverão fazer mutirões fora dos horários normais de expediente. "Temporariamente, vão ter que trabalhar fora do horário", explica Quadros.

Segundo o corregedor, esse mutirão será fundamental para melhorar a segurança dos fóruns, diminuindo o atrativo para criminosos. O TJ-PR espera também diminuir a possibilidade de corrupção entre funcionários. Em São José dos Pinhais, na

região metropolitana de Curitiba, por exemplo, um estagiário de Direito já foi detido furtando armas e revendendo a criminosos locais no ano passado. "Com menos armas, fica mais fácil fiscalizar", ressalta.

Os magistrados, além das pesquisas nos processos, deverão notificar promotorias e advogados para saber se eles concordam com a destruição das armas ou se gostariam de utilizá-las ainda no processo. Hoje, a lei determina que as armas sejam encaminhadas ao Exército para destruição assim que a perícia conclua o laudo e as partes dos processos tenham total conhecimento do resultado.

De acordo com o presidente da Associação dos Magistrados do Paraná (Amapar), o juiz Gil Guerra, a segurança dos fóruns deve ser uma preocupação de todos. Ele disse ser totalmente favorável à transferência do armamento. "A própria resolução partiu de um apelo nosso aqui no Paraná", diz.

Sobre o pouco tempo para fazer o inventário das armas, ele acredita que a Corregedoria do TJ-PR terá bom senso para flexibilizar o prazo caso o inventário não fique pronto até 30 de setembro, conforme previsto. "Se for necessário, o prazo será aumentado."

CONTÍNUA

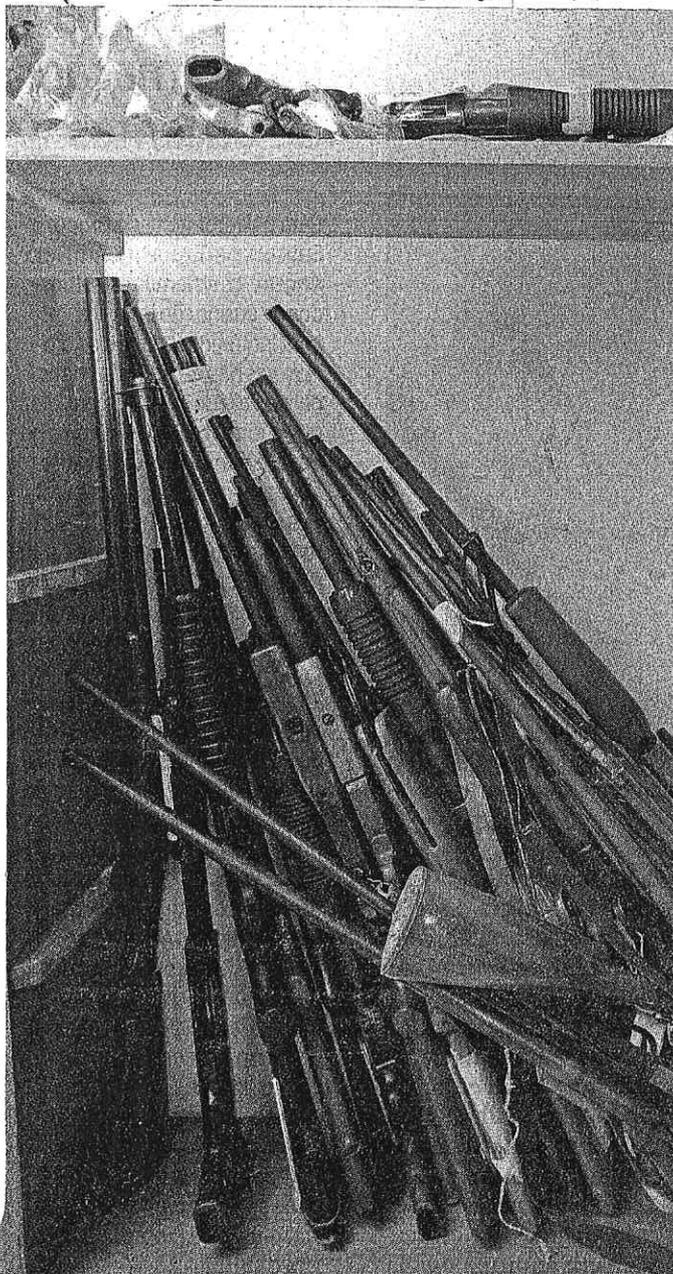
GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

157 fóruns

30 AGO 2011

criminais existem hoje no Paraná.
A maioria não tem condições de
abrigar as armas com segurança.



Juizes têm até o fim de setembro para terminar o inventário sobre as armas.

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CURSO

Ação do juiz transformador na
área cível

- ▼ DATA: de 31 de agosto a 2 de setembro.
- ▼ PÚBLICO-ALVO: magistrados.
- ▼ LOCAL: EMAP (Escola da Magistratura do Paraná). Rua Ernani Santiago de Oliveira, 87 – Centro Cívico.
- ▼ INFORMAÇÕES: (41) 3254-6500 ou www.emap.com.br

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

JUSTIÇA

Judiciário está mais caro, mas eficiência não melhorou

Segundo levantamento do CNJ, de cada 100 processos em tramitação em 2010, 30 foram finalizados

BRASÍLIA

Das agências

Informações divulgadas ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o Judiciário brasileiro está mais caro, conta com mais juízes e servidores, mas a eficiência não aumentou. De cada cem processos em tramitação em 2010, apenas 30 foram finalizados ao longo do ano. Só na Justiça da primeira instância ou juizados especiais, de cada cem decisões proferidas, apenas 16 foram de fato executadas. As demais entram na fila e formam o chamado "congestionamento" de processos – casos que demoram mais de um ano para serem resolvidos.

"Todo mundo sabe que esses números não deixam nenhuma dúvida de que há um déficit muito grande em relação às demandas da sociedade e à capacidade

do Judiciário de responder. É preciso ir a cada causa em si que tem de ser verificada agora a partir dos números", comentou o presidente do CNJ, Cezar Peluso. "Os números, na verdade, são uma coisa preocupante. É com base neles que o Judiciário vai tentar saber o que é que está acontecendo", acrescentou.

As cobranças judiciais de dívidas seriam as principais responsáveis por esse quadro. De acordo com o levantamento "Justiça em Números", as ações de execução fiscal têm uma taxa de congestionamento de 91% na primeira instância. "Dos 83,4 milhões de processos em tramitação na Justiça brasileira em 2010, 27 milhões eram processos de execução fiscal, constituindo aproximadamente 32% do total", informa o estudo. A taxa de congestionamento tenta medir se os novos processos e os antigos são resolvidos ao longo do ano.

Peluso disse que parte desses processos de execução discute a

cobrança de pequenos valores por entidades e órgãos de classe. Para exemplificar, ele afirmou que uma ação judicial para cobrar R\$ 1,5 mil custa em média R\$ 4,5 mil para o Judiciário.

O número de juízes brasileiros teve uma elevação, apesar de ainda não ser considerado o ideal. Em 2010 existiam 16.804 juízes, o que representou um aumento de 3% em relação ao ano anterior. A média de magistrados por grupo de 100 mil habitantes passou de 8,50 em 2009 para 8,70 em 2010. Também houve um aumento no quadro de funcionários do Judiciário.

Em 2010, o Judiciário recebeu 24,2 milhões de novos processos, um milhão a menos do que no ano anterior. A queda de 3,9% foi verificada nos três ramos da Justiça – estadual, federal e trabalhista.

Os dados também mostram que o Judiciário gastou em 2010 R\$ 41 bilhões (1,12% do PIB nacional), um crescimento de 3,7% do que foi registrado em 2009, quando os gastos foram de R\$ 39,6 bilhões.

Apenas um caso novo custa ao país uma média R\$ 1.693,94. O maior gasto é registrado na Justiça do Trabalho: cada processo novo tem um custo médio de R\$ 3,2 mil.

R\$ 41 bilhões

foi quanto o Judiciário brasileiro gastou em 2010.

CONTÍNUA

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO



Cezar Peluso: Judiciário recebeu 1 milhão a menos de ações em 2010.

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

URGÊNCIA

MP cobra na Justiça tratamento para câncer

A Promotoria de Justiça de Proteção à Saúde de Ponta Grossa, na região dos Campos Gerais, protocolou na sexta-feira passada, ação em favor de uma mulher de 25 anos, que tem câncer (sarcoma miofibroblástico de partes moles). O Ministério Público do Paraná requer do Estado medidas urgentes para o tratamento e cirurgia da jovem, que corre risco de ter um dos braços amputados por causa da doença. A própria Secretária Municipal de Saúde de Ponta Grossa, por intermédio da Promotoria de Justiça, realizou na rede municipal uma avaliação clínica da paciente e foi constatada a necessidade de tratamento em Curitiba ou São Paulo, pois o caso demanda atendimento especializado e não disponível na cidade. O responsável pela ação é o promotor de Justiça Fuad Faraj.

Supersalários

A folha de pagamento do Senado em agosto de 2009 tinha 464 servidores que recebiam acima do teto estabelecido pela Constituição. Segundo o site Congresso em Foco, a lista dos funcionários com supersalários foi identificada pelo Tribunal de Contas da União em auditoria. Na época, o teto constitucional era de R\$ 24,5 mil. Como o salário dos ministros do STF aumentou, o teto agora é de \$ 26,7 mil. Um dos servidores chegou a receber R\$ 46 mil em um único mês. De acordo com o TCU, foram pagos R\$ 848 mil acima do teto somente em agosto de 2009.

LEI SECA

Subsecretário é exonerado após atropelar quatro pessoas

O subsecretário de Estado da Região Metropolitana do Rio de Janeiro, Alexandre Felipe Vieira Mendes, foi exonerado de seu cargo ontem. A medida deve ser publicada no "Diário Oficial do Estado" de hoje. Na quinta-feira passada, Mendes, ex-coordenador da Operação Lei Seca, atropelou quatro pessoas quando deixava uma festa em Niterói, na região metropolitana do Rio.

Ele afirmou que atropelou por causa da pouca iluminação e que não socorreu as vítimas por estar em estado de choque. Ele disse que havia bebido meia taça de vinho antes do acidente. Testemunhas disseram, no entanto, que ele dirigia em zigue zague e parecia alcoolizado quando saiu do carro. Uma das vítimas, Erminio Cosme Pereira, 58 anos, morreu depois de ficar dois dias internado.

Sistemas falhos

Entregar a gestão de programas a sistemas de computadores tem lá suas vantagens, mas esses sistemas muitas vezes são falhos. Um caso é o sistema usado pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE) para definir onde os eleitores que fazem a troca do título vão votar. Um eleitor que vota há anos no Colégio Caramuru, no Cabral, teve que procurar outra seção. Ele de fato se mudou para o Boa Vista, mas agora reside ainda mais perto do Caramuru — basta atravessar a ferrovia. O sistema, no entanto, não inclui essa seção e mandou escolher outra.

ENTRELINHAS

BESSA

Velinhas

O presidente da OAB-PR, José Lúcio Glomb, faz 60 anos hoje. Vai comemorar a data em família.

NOTA POLÍTICA

BESSA

Ahora é agora

O site do Senado Federal está fazendo uma enquete sobre o Projeto de Lei Suplementar 204/2011 que inclui a corrupção no rol dos crimes hediondos. Até o fechamento desta coluna, 99,1% dos que responderam a pesquisa disseram ser favoráveis ao projeto. Para votar basta acessar o link <http://www.senado.gov.br/noticias/principal.aspx>

■ ■ ■

A enquete está na barra do lado direito da página.

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CHRISTIANE SPILCIDO

Tutela jurisdicional eficaz: é possível?

Os conflitos de interesses surgiram a partir do momento em que o homem passou a viver em sociedade, o que reclamou a necessidade de se estabelecerem formas para a solução deles, sendo que a vida em sociedade deve ter por escopo a harmonia entre os seus membros.

Com o passar dos anos e do aumento da necessidade de o Estado em manter a ordem em seu território, este avocou para si o encargo exclusivo para dirimir os conflitos de interesses oriundos da vida em sociedade, vedando, salvo as exceções previstas em lei, a utilização da autotutela e da autocomposição. Desta forma, os litígios passaram a ser solucionados pelo Poder Judiciário, no exercício de sua função jurisdicional, mediante a utilização do processo. A jurisdição é uma função do Estado e todos têm direito a que a mesma seja prestada. Contudo, nem todos têm direito à tutela jurisdicional. O direito à tutela jurisdicional deve ser entendido como o direito à tutela jurisdicional adequada, que é corolário do princípio constitucional de inafastabilidade do controle jurisdicional (Constituição Federal, art. 5º, XXXV), e se encon-

tra no artigo 75 do Código Civil.

Com as mudanças ocorridas na sociedade nos últimos anos, bem como a morosidade da prestação jurisdicional, têm levado à necessidade de criação de novos procedimentos a fim de melhor proporcionar a solução dos litígios no menor período possível.

Muito embora haja entendimento sobre a prestação da tutela jurisdicional, de acesso à Justiça, nota-se uma realidade em que as teorias caem por terra, uma vez que o titular do direito deseja apenas que o resultado por ele almejado seja alcançado no menor período possível. E, para isso, o Judiciário necessita de mecanismos céleres, menos burocráticos, com maior praticidade, de modo que a pacificação social dos conflitos atenda às expectativas.

A tensão gerada por um processo demorado e de alto custo é o descumprimento das razões de sua existência, sendo que a maioria da população ficaria de mãos atadas, sujeitando-se a soluções alheias ao processo. Aqui se encontram dois lados da moeda: a parcela abastada da sociedade, que pode perfeitamente aguardar o quanto for necessário a solução do litígio, e a parte hipossuficiente que é levada a celebrar acordos altamente des-

vantajosos ou renunciar aos seus direitos, por não ter condições de esperar a prestação jurisdicional efetiva.

Como ensina o doutrinador italiano Mauro Cappelletti, "A Justiça que não cumpre suas funções dentro de um prazo razoável é, para muitas pessoas, uma Justiça inacessível, ao passo que a demora pode representar, ao final, a denegação da própria justiça".

Todo esse desgaste afasta certas pessoas, e/ou até grupos sociais, da busca por soluções por meio do Poder Judiciário, resolvendo os problemas por outros meios, retrocedendo aos primórdios, indicando a verdadeira falência do Estado na prestação da atividade jurisdicional. Importante ressaltar, que não basta um procedimento que se mostre rápido e de pequeno ou nenhum custo, sendo necessário que o mesmo possa garantir a certeza e a eficiência da prestação jurisdicional pleiteada. Desse modo, o mais importante é que tais questões encontrem-se aliadas, umas às outras, para que juntas, possam garantir o objetivo da atividade jurisdicional.

Christiane Splicido, advogada especializada em Direito Aplicado pela Escola da Magistratura do Paraná – Núcleo Londrina.

Falta de 75º lugar 30 AGO 2011

é a posição do Brasil, entre 180 países, no Ranking de Percepção da Corrupção elaborado anualmente pela ONG Transparência Internacional.

transparência

facilita a

R\$ 84,5 bilhões

é o custo a que pode chegar a corrupção no Brasil, segundo estudo da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp).

corrupção

Para especialistas, o incentivo ao controle social do poder público poderia diminuir os escândalos no país

Euclides Lucas Garcia

Nas últimas semanas, uma nova onda de denúncias de corrupção dominou a agenda política em Brasília e praticamente paralisou as grandes discussões sobre o desenvolvimento do país. Diante de mais uma reprise de escândalos e superfaturamentos que parece interminável, a *Gazeta do Povo* ouviu especialistas para tentar responder à seguinte pergunta: quais são as falhas do sistema político brasileiro que permitem aos corruptos continuarem agindo e se proliferando? Para eles, a falta de transparência e de incentivo ao controle social do poder público é que coloca o Brasil entre os países marcados pela corrupção.

De acordo com um estudo divulgado neste mês pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o custo da corrupção no Brasil está estimado entre R\$ 50,8 bilhões e R\$ 84,5 bilhões. Considerando somente a estimativa mais baixa, o dinheiro

seria suficiente para construir 57,6 mil escolas de ensino fundamental ou 918 mil casas populares. Diante desse cenário, a ONG Transparência Internacional coloca o Brasil em 75.º lugar, entre 180 países, no Ranking de Percepção da Corrupção, com nota de 3,7 numa escala de zero a dez — nota abaixo de cinco indica grave problema de corrupção.

Mais transparência

Para o secretário-geral da ONG Contas Abertas, o economista Gil Castello Branco, os órgãos de controle, ainda que atuem em conjunto, não têm como “enfrentar a corrupção na exata proporção em que ela acontece”, sobretudo pelo fato de o Brasil ser um país de dimensões continentais. Ele afirma que, se a sociedade civil organizada tivesse acesso a todas as informações do poder público, as chances de manter o devido controle sobre os gastos governamentais seriam muito maiores.

“É preciso escancarar a transparência. Um juiz norte-americano já defendia isso um século atrás: ‘a luz do sol é o melhor dos desinfetantes’”, argumenta. “Todos os países que conseguiram isso fizeram-no com o envolvimento pleno da sociedade. Se pensarmos que isso será atingido somente pelos órgãos de controle, vamos nos decepcionar. O principal órgão de controle é a própria sociedade.”

Articulação

O conselheiro Fernando Guimarães, presidente do Tribunal de Contas do Paraná (TC), reforça os argumentos de Gil Castello Branco e afirma que é dever dos órgãos de controle incentivar o controle social. “Temos de gerar mais ferramentas para que os cidadãos possam interagir conosco, dando a eles qualidade na informação e instrumentos de comunicação. Quando conseguirmos caminhar em função dessa articulação, a tendência é inibir cada vez mais atos de corrupção”, defende.

Guimarães afirma ainda que falta articulação e integração entre as redes de controle no país. “Às vezes, os diversos órgãos de controle trabalham sobre o mesmo fato, com os mesmos objetivos. Isso é desperdício de potenciais institucionais”, critica. “Enfim, falta minerar mais os dados que temos em mãos, formarmos núcleos de inteligência integrados entre os órgãos de controle e compartilharmos a atividade de controle com a sociedade.”

No Brasil, são órgãos de controle o Ministério Público, os tribunais de contas, a Controladoria-Geral da União (CGU), as ouvidorias e os conselhos nacionais de cada entidade.

CONTINUA

Impunidade e pouca indignação possibilitam aumento de casos

Outros fatores que favorecem a proliferação da corrupção no Brasil são a impunidade e a falta de indignação da sociedade com crimes do colarinho-branco, afirmam os especialistas.

Para o conselheiro Fernando Guimarães, presidente do Tribunal de Contas do Paraná, a crença na impunidade gera a facilidade e a despreocupação do mal-intencionado. "Há morosidade nos processos administrativos e judiciais, demora na aplicação de penas, dificuldade na recuperação dos valores desviados. Além disso, a quantidade de recursos possíveis leva à prescrição de boa parte dos crimes", critica, destacando a necessidade de uma reforma no Judiciário. "Falta também competência legislativa de alguns órgãos de controle para executar determinadas decisões. Isso precisa ser revisto, para deixar mais ágil a responsabilização dos culpados. Afinal, o melhor caminho é o incentivo ao controle preventivo do dano."

O cientista político Mário Sérgio Lepre, da PUCPR, atribui parte da responsabilidade por esse sentimento geral de impunidade aos próprios tribunais de contas, cujos principais cargos são ocupados por indicações políticas. "Com conselheiros nomeados a partir de

critérios políticos, não há independência da estrutura e da burocracia do Estado. Assim, o que vemos muitas vezes é a total discordância entre o que propõem os auditores e o que votam os conselheiros", afirma. "O dia em que o cargo de conselheiro passar a ser preenchido pela ascensão de técnicos de carreira, os tribunais terão mais efetividade nas suas ações."

Em 64 anos de existência do Tribunal de Contas do Paraná, por exemplo, Fernando Guimarães é o primeiro servidor de carreira a assumir a presidência do órgão.

Mais indignação

Guimarães defende ainda que a sociedade precisa aprender a se indignar contra crimes do colarinho-branco, que desviam bilhões de reais de recursos públicos oriundos dos impostos pagos por todos os brasileiros. "Nossa capacidade de indignação tem de ser incentivada. Não podemos continuar acostumados com o sentimento do 'rouba, mas faz'", afirma. "É preciso ter uma consciência política maior, que passa por uma reformulação cultural da sociedade. Hoje, os assuntos não caem tanto no esquecimento como antes, mas ainda temos de melhorar muito." (ELG)

"Todos os países que conseguiram isso [transparência] fizeram-no com o envolvimento pleno da sociedade. Se pensarmos que isso será atingido somente pelos órgãos de controle, vamos nos decepcionar."

CONTINUA

Universidades vão ajudar o TC a fiscalizar serviços públicos

30 AGO 2011

Heliberton Cesca

As sete universidades estaduais do Paraná devem mobilizar até a metade do ano que vem cerca de 400 alunos para fiscalizar a prestação de serviços públicos de prefeituras paranaenses — como transporte escolar, compra de medicamentos e destinação do lixo urbano. Além disso, os estudantes deverão dedicar-se ainda à criação de indicadores da eficiência da gestão pública municipal. Essas ações fazem parte do Plano Anual de Fiscalização Social — chamado de PAF Social — lançado oficialmente ontem pelo Tribunal de Contas (TC) em parceria com as universidades.

Ao todo, devem ser executados 12 projetos para acompanhar a qualidade dos gastos públicos. O presidente do TC, Fernando Guimarães, esclareceu que os universitários não irão substituir o trabalho do órgão, que continuará atento às questões legais e contábeis. A atribuição dos alunos será ver “in loco” se os recursos utilizados na prestação de serviços estão chegando com qualidade para as comunidades. “Eles [alunos] não vão entrar em órgãos públicos e verificar documentos. Eles irão coletar dados em campo.”

Para Guimarães, é possível que, eventualmente, o trabalho das universidades aponte indícios de irregularidades. A partir disso, o tribunal poderá abrir auditorias para verificar a apuração preliminar. Porém, o presidente do TC acredita que o principal resultado do programa seja o estímulo do controle social. “Queremos criar o costume de fiscalizar as políticas públicas.”

Verba

O TC deverá disponibilizar cerca de R\$ 1 milhão para financiar pesquisas acadêmicas e cobrir despesas do programa. As instituições parceiras do projeto são as universidades estaduais de Londrina (UEL), Maringá (UEM), Ponta Grossa (UEPG), do Oeste do Paraná (Unioeste), da Região Central (Unicentro), do Norte (Uenp) e os câmpus de Campo Mourão, Paranavaí e Apucarana da Universidade Estadual do Paraná (UEPR).

O reitor da Unioeste e presidente da Associação Paranaense de Instituições de Ensino Superior Público (Apiesp), Alcebíades Orlando, diz acreditar que a abrangência territorial ajudará na fiscalização. “Nós

temos, direta ou indiretamente, cerca de 150 municípios ligados às universidades”, afirmou.

Nos próximos dias, o TC pretende dar um curso para professores e alunos envolvidos no projeto para compartilhar conceitos contábeis e de gestão pública. Em seguida, iniciará o trabalho de acompanhamento dos gastos públicos nos setores escolhidos pela instituição de ensino. Posteriormente, será apresentado um relatório do trabalho, que deverá ser referendado pelos conselheiros do TC. A previsão é que o primeiro PAF Social seja encerrado em julho do ano que vem.



“Queremos criar o costume de fiscalizar as políticas públicas.”

Fernando Guimarães, presidente do tribunal de Contas do Paraná.

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

DIÁRIOS SECRETOS

1 ano e meio depois, foragido se entrega e culpa Bibinho

Depois de ficar quase um ano e meio foragido da Justiça, o ex-funcionário da Assembleia Legislativa do Paraná Daor Afonso Marins de Oliveira se entregou ontem. Em depoimento a promotores do Ministério Público Estadual (MP), ele acusou o ex-diretor-geral do Legislativo Abib Miguel, o Bibinho, de movimentar a conta bancária dele e de pelo menos outros quatro familiares seus.

Depois de mais de uma hora de depoimento, Oliveira foi encaminhado para o Centro de Triagem II, em Piraquara, na Grande Curitiba, onde vai permanecer preso. O advogado dele já entrou com pedido de liberdade na Justiça.

Aos promotores, Oliveira contou que resolveu fugir depois que estourou o escândalo de desvio de dinheiro da Assembleia, mostrados pela **Gazeta do Povo** e pela **RPC TV** na série de reportagens **Diários Secretos**, publicada a partir de março de 2010.

Oliveira e pelo menos outros 12 parentes dele foram empregados com cargo em comissão, de indicação política — todos vinculados a gabinetes administrativos da Assembleia. No depoimento, ele confessou que entregou documentos pessoais dos familiares para que fossem nomeados e contas bancárias fossem abertas em seus nomes. Afirmou ainda que dois filhos e a mulher, Roséli do Rocio Luccas de Oliveira, tinham cargos na Assembleia, mas nunca trabalharam. E que ele e o filho, Marlon Christian Luccas de Oliveira, só trabalhavam quando eram chamados por Bibinho.

Oliveira trabalhava numa imobiliária que funcionava numa sala comercial, de propriedade de Bibinho, no Centro de Curitiba. A imobiliária administrava imóveis de Abib Miguel. Pelo serviço, disse Oliveira, ele recebia cerca de R\$ 9



Reprodução/RPCTV

Oliveira: gestor dos imóveis do ex-diretor da Assembleia Bibinho.

mil mensais. Mas o salário recebido era bem menor daquele depositado pela Assembleia. No período em que foi servidor do Legislativo, ele recebeu R\$ 1,2 milhão, com média salarial superior a R\$ 20 mil.

Fantasma e laranjas

Investigação do MP revelou que o desvio de dinheiro era feito por meio da contratação de funcionários fantasmas e laranjas. O grupo que administrava o esquema, comandado por Bibinho, segundo os promotores, ficava com os cartões bancários para movimentar as contas. Ainda de acordo com o MP, foram desviados pelo menos R\$ 26 milhões apenas com a contratação de parentes de Oliveira.

Oliveira foi denunciado pelo MP e responde na Justiça pelos crimes de formação de quadrilha, desvio de dinheiro público, falsidade ideológica e lavagem de dinheiro.

O advogado de Oliveira não foi localizado. Eurolino Sechinel Reis, advogado de Bibinho, disse que não teve acesso ao conteúdo do depoimento, mas que Oliveira terá de provar o que disse.

30 AGO 2011

Comissão de licitação responsabiliza Derosso

Servidores da Câmara de Curitiba disseram, em depoimento, que a Casa não nomeou um gestor para fiscalizar os contratos de publicidade, como previa o contrato. Assim, na prática quem tinha de fazer isso era o presidente

Chico Marés

Servidores da Câmara de Curitiba afirmaram ontem, em depoimento ao Conselho de Ética da Casa, que a responsabilidade pela fiscalização dos contratos de publicidade do Legislativo municipal era do próprio presidente, o vereador João Cláudio Derosso (PSDB). Segundo funcionários da diretoria administrativa e financeira da Câmara, Derosso exercia o papel de gestor dos contratos e, com isso, tinha a atribuição de fiscalizar a execução dos serviços e os pagamentos realizados pela Câmara às agências de comunicação Oficina da Notícia, de propriedade de sua mulher, Cláudia Queiroz Guedes, e Visão Publicidade.

As duas empresas administraram R\$ 31,9 milhões da verba de publicidade da Casa entre 2006 e o início deste ano. Os contratos são alvo de investigação de possíveis irregularidades:

Foram ouvidos ontem integrantes da comissão responsável pelo processo licitatório vencido pelas duas empresas, além do diretor e do ex-diretor administrativo e financeiro da Casa, respectivamente João Carlos Milani e Relindo Schlegel.



Valter Santos/Gazeta do Povo

Derosso: servidores da comissão de licitação da Câmara disseram que foi ele quem decidiu que os contratos com sua mulher seriam renovados.

DOCUMENTOS

Câmara abre relatórios mensais de propaganda para vereadores

A Câmara de Curitiba abriu os relatórios mensais de execução dos contratos de publicidade para os vereadores. Na manhã de ontem, quatro vereadores analisaram alguns dos documentos: Noêmia Rocha (PMDB), Professora Josete (PT), Roberto Hinça (PDT) e Serginho do Posto (PSDB).

Segundo Josete, ainda é difícil tirar qualquer conclusão dos documentos, já que houve pouco tempo para análise. Apenas a pasta de junho de 2006 foi analisada pela vereadora. De acordo com ela, o principal indício de irregularidade encontrado até o momento foi o fato de constarem nos relatórios pagamentos para jornais de outras

cidades da região metropolitana de Curitiba. Além disso, a parlamentar interpreta que alguns textos veiculados não podem ser enquadradas como divulgação institucional, mas sim como propaganda política de vereadores.

De acordo com Noêmia, para fazer uma análise mais aprofundada, devem fazer novas diligências ao longo da semana. "É muita documentação", justificou a vereadora. Já Hinça diz ter folheado rapidamente documentos de 2010 e 2009. "Os relatórios apresentados trazem comprovantes de material e veículos para os quais as verbas foram destinadas. No que tive acesso, está tudo certo", comentou. (CM)

determinava que caberia à Câmara nomear um gestor titular e um suplente para acompanhar a

cação e para notificar as empresas sobre quaisquer irregularidades. Entretanto, esses gestores nunca

licificado pelos diretores como um "vácuo no acompanhamento" Segundo Milani e Schlegel, quem exercia de fato esse papel era o próprio Derosso — que em última instância fiscalizava a si mesmo, já que o gestor deveria fiscalizar, em tese, as duas pontas do contrato.

Além disso, o presidente da comissão de licitação, Washington Luiz Moreno, disse não saber que Cláudia era funcionária da Câmara em 2006, quando venceu o processo licitatório — o que é proibido pela Lei de Licitações. Segundo Moreno, ela assinou um documento em que declarou estar desimpedida para participar da concorrência. Ainda segundo Moreno, a fiscalização da veracidade da informação não era de responsabilidade da comissão.

Já Schlegel, que exerceu a diretoria administrativa e financeira da Casa entre 2005 e 2010, disse saber que Derosso tinha um relacionamento com Cláudia quando os aditivos contratuais foram assinados por ele. Entretanto, ele não sabia que Cláudia era proprietária da empresa. Ainda segundo Schlegel, a decisão de renovar os contratos partiu de Derosso, corroborado por pareceres favoráveis da administração da Casa.

Derosso, que esteve presente à sessão de ontem na Câmara, se recusou a falar sobre o depoimento dos integrantes da comissão de licitação dos contratos de publicidade. "Não estive presente para comentar", afirmou.

Entenda o caso

A Câmara contratou, por meio de licitação, as empresas Oficina da Notícia e Visão Publicidade, em 2006. O anúncio da licitação foi feito apenas no jornal Diário Popular, e somente as duas empresas participaram. O contrato era de dois anos, mas foi prorrogado por mais cinco — em 2008 e 2009. Ao todo, foram gastos R\$ 31,9 milhões: R\$ 5,1 milhões com a Oficina e R\$ 26,8 milhões com a Visão. O teto máximo era de

Oposição pede que presidente se afaste durante a CPI

Rogério Waldrigues Galindo

A bancada de oposição promete protocolar hoje um pedido de afastamento do presidente da Câmara de Curitiba, João Cláudio Derosso (PSDB). A solicitação é para que Derosso permaneça fora da presidência enquanto durarem os trabalhos da comissão parlamentar de inquérito (CPI) que deve ser instaurada nos próximos dias para apurar possíveis irregularidades em sua gestão.

Líder da bancada de oposição, o vereador Algaci Túlio (PMDB) afirmou ontem que a assessoria jurídica do grupo levantou uma série de argumentos jurídicos para defender que a permanência de Derosso no cargo afetaria o andamento dos trabalhos. O pedido terá de ser votado pelo plenário da Câmara, onde Derosso tem apoio da maioria dos vereadores.

Indicação de nomes

Até ontem, 10 dos 13 partidos que têm representação na Câmara já haviam oficializado a indicação de seus integrantes na CPI. Apenas PRB, PRP e PSC, que só têm um vereador cada, não

CONSELHO DE ÉTICA

Mulher de tucano deve depor hoje

O Conselho de Ética da Câmara de Curitiba deve ouvir na tarde de hoje o depoimento da jornalista Cláudia Queiroz Guedes, mulher de João Cláudio Derosso. O depoimento está marcado para as 17h30. Cláudia será a última pessoa a ser ouvida pelo conselho antes da apresentação do relatório final sobre os contratos de publicidade da Câmara.

Na quinta-feira, o relator do caso no conselho, Jorge Yamawaki (PSDB), deve apresentar seu parecer. O relatório será votado no mesmo dia pelos cinco vereadores do conselho. Depois, as recomendações feitas, que podem ou não incluir punições a Derosso, serão votadas pelo plenário da Câmara. (RGW)

havam feito a formalização da indicação. O último partido a fazer a indicação foi o PSDB de Derosso.

Picolo

Responsável pela instalação da CPI, o primeiro vice-presidente da Câmara, Sabino Picolo (DEM), disse ontem que ainda não se sabe quais partidos terão direito a ocupar as nove vagas da comissão de inquérito. Sabe-se que pela proporcionalidade, o PSDB, que tem 14 vereadores, ficará com três cadeiras na CPI e que os partidos que têm três vereadores (PT, PDT, PSB e DEM) terão direi-

to a uma cadeira cada. Os partidos que têm dois ou um vereador disputarão as duas vagas finais.

“Estamos analisando o regimento [interno da Câmara]. É possível que as vagas acabem ficando para os partidos que tiveram maior votação na eleição de 2008, mas ainda não sabemos”, disse Picolo. Ontem, vereadores da oposição pediram para que o número de integrantes da CPI fosse aumentado para 11, para que mais partidos possam estar representados na comissão de inquérito. Ainda não houve resposta.

INDICADOS

Veja os vereadores que foram indicados para a CPI:

PSDB
Emerson Prado, Paulo Frotee
Nely Almeida

PDT
Tito Zeglin

PSB
Zezinho do Sabará

PT
Pedro Paulo

DEM
Denílson Pires

PP
Juliano Borghetti

PPS
Zé Maria

PMDB
Algaci Túlio

PV
Paulo Salamuni

PSL
Dirceu Moreira

MP pede desaprovação das contas de 2010

3 AGO 2011

Requião e Pessuti

Ministério Público
encontra seis
irregularidades e
recomenda que o TC
rejeite a execução
orçamentária de 2010
do governo do estado.
Votação será hoje



Marco André Lima/Gazeta do Povo

Walter Alves/Gazeta do Povo

Requião e Pessuti: sem investir o mínimo em saúde no ano passado.

Heliberton Cesca

O Ministério Público junto ao Tribunal de Contas (MPjTC) recomendou a desaprovação das contas de 2010 do governo do Paraná, quando o estado foi administrado por Roberto Requião e Orlando Pessuti, ambos do PMDB. Foram apontadas seis irregularidades na gestão do estado: falta de transparência; descontrole com os precatórios (dívidas judiciais); não aplicação do mínimo de 12% da receita em saúde; falta de repasses a fundos especiais; déficit de R\$3 bilhões com a Paramprevidência; e uso de créditos especiais ilimitados (veja detalhes no quadro ao lado).

As contas do estado do ano passado serão julgadas hoje de manhã pelo Tribunal de Contas (TC). Artagão de Mattos Leão — um dos sete conselheiros com direito a voto — irá apresentar seu relatório sobre a gestão orçamentária do governo, que depois será votado pelos colegas. O parecer dele foi produzido a partir da manifestação do próprio MPjTC e da Diretoria de Contas Estaduais (DCE) do tribunal. Mattos de Leão foi indicado para o cargo pelo próprio Requião no início da década de 90. Caso as

contas sejam reprovadas, Pessuti e Requião podem sofrer várias punições incluindo a perda do direito de se candidatar em eleições.

Mas, se TC mantiver a tradição, os conselheiros devem aprovar as contas de 2010, apesar das irregularidades apontadas pelo MP. O orçamento de 2008, por exemplo, foi aprovado mesmo com a indicação de problemas “crônicos” na gestão estadual. Vários deles, aliás, são os mesmos apontados pelo MP em relação a 2010.

Independente da votação dos conselheiros hoje, a palavra final sobre as contas do governador será da Assembleia Legislativa, já que legalmente os deputados são os responsáveis pela aprovação final (ou pela desaprovação) da execução orçamentária.

O MP apontou também a existência de oito ressalvas às contas de 2010 (veja ao lado). Entre os problemas técnicos apontados está a falta de documentos; o excesso de cargos comissionados e temporários; a falta de estudos prévios para abrir mão de receita oriunda de mudanças do ICMS; e a falta de efetividade na cobrança de dívidas.

Direito de defesa

O parecer do procurador-geral do MPjTC, Laerzio Chiesorin Júnior, pede que seja aberto o direito de defesa aos dois ex-governadores dentro do processo, o que não aconteceu até agora. Para ele, Requião e Pessuti devem ter “irrestrito acesso aos atos processuais, a oportunidade de aduzir razões, produzir provas e contrapor eventuais alegações que lhes sejam desfavoráveis”. A reportagem tentou contato ontem com os dois ex-governadores, mas não conseguiu localizá-los para comentar o parecer do MP.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

30 AGO 2011

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

IRREGULARIDADES E RESSALVAS

O MP indicou seis irregularidades e cinco ressalvas nas contas estaduais de 2010:

IRREGULARIDADES

Falta de transparência

Governo não realizou, segundo MP, audiências públicas quadrimestrais para apresentação das metas fiscais.

Precatórios

Repasso ao Tribunal de Justiça foi R\$ 5 milhões menor do que o determinado pela Constituição para o pagamento de precatórios (dívidas judiciais). Em vez de R\$ 269 milhões, foram repassados apenas R\$ 264 milhões.

Paranaprevidência

Governo não pagou dívidas com o fundo de aposentadoria dos servidores públicos e devia, até o fim de 2010, R\$ 3,4 bilhões.

Despesas de saúde

O estado descumpriu a aplicação mínima de 12% da receita em saúde. Para MP, governo aplicou apenas 10,2%. Para chegar aos 12% o governo embutiu nos gastos de saúde o programa Leite das Crianças e às despesas com o Hospital da Polícia Militar e do Sistema de Saúde dos Servidores – o que não é permitido.

Fundos vazios

A Secretaria da Fazenda deixou de repassar dinheiro a diversos fundos especiais. Pelo menos 12 deles "estão em situação de absoluta inoperância" por falta de verba.

Créditos adicionais ilimitados

Documento diz ser inconstitucional a autorização dada pela Assembleia para que o governo possa alterar o

orçamento sem limites para equilibrar as despesas com pessoal, pagamento da dívida pública e as transferências constitucionais aos municípios.

RESSALVAS

Ausência de documentos

Foram apresentados dados incompletos da dívida e atividades de serviços sociais.

Excesso de temporários

Parecer critica aumento de 9% nos Contratos de Regime Especial (CRE), ou seja, a contratação de servidores temporários, principalmente nas escolas e universidades.

Cargos em comissão

MP recomenda diminuir a quantidade de servidores em cargos comissionados, de indicação política, e aumentar o percentual de servidores efetivos com funções de chefia

Renúncia de receita

Dos 23 decretos de alteração do recolhimento de ICMS, 22 deles não apresentavam estimativa do impacto orçamentário-financeiro, nem previsão de ações para compensação das perdas.

Dívida ativa

Governo conseguiu cobrar R\$ 72,5 milhões de créditos inscritos em dívida ativa, apenas 0,53% do total. Por isso, aumentou o montante a receber.

Fonte: Parecer do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas.

30 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Judiciário cresce e fica mais caro, mas eficiência não aumenta

De cada 100 processos em tramitação em 2010, apenas 30 foram finalizados ao longo do ano, aponta CNJ

Mariângela Gallucci / BRASÍLIA

Dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o Judiciário brasileiro está mais caro, conta com mais juízes e servidores, mas a eficiência não aumentou. De cada 100 processos em tramitação em 2010, apenas 30 foram finalizados ao longo do ano.

“Todo mundo sabe que esses números não deixam nenhuma dúvida de que há um déficit muito grande em relação às demandas da sociedade e a capacidade do Judiciário de responder. É preciso ir a cada causa em si, que tem de ser verificada agora a partir dos números. Os números, na verdade, são uma coisa preocupante. É com base neles que o Judiciário vai tentar saber o que está acontecendo”, comentou o presidente do CNJ, Cezar Peluso.

As cobranças judiciais de dívidas seriam as principais responsáveis por esse quadro. De acordo com o estudo *Justiça em Números*, as ações de execução fiscal têm uma taxa de congestionamento de 91% na primeira instância. “Dos 83,4 milhões de processos em tramitação na Justiça brasileira em 2010, 27 milhões eram processos de execução fiscal, constituindo aproximadamente 32% do total”, informa o estudo. A taxa de congestionamento tenta medir se os novos processos e os antigos são resolvidos ao longo do ano.

Peluso disse que parte desses processos de execução discute a

cobrança de pequenos valores por entidades e órgãos de classe. Para exemplificar, ele afirmou que uma ação judicial para cobrar R\$ 1,5 mil custa em média R\$ 4,5 mil para o Judiciário. “Essas entidades ocupam o Judiciário com número elevadíssimo de demandas para cobrar as taxas de pagamento desses organismos de valores baixíssimos”, disse. “Se em vez de vir diretamente ao Judiciário eles se submetessem a algum mecanismo prévio na área administrativa, dentro de um prazo razoável de tentar resolver isso, aliviaria muito o Poder Judiciário”, afirmou.

O número de juízes cresceu, apesar de ainda não ser considerado o ideal. Em 2010 havia 16.804 juízes, um aumento de 3% em relação ao ano anterior. A média de magistrados por grupo de 100 mil habitantes passou de 8,50 em 2009 para 8,70 em 2010. Também houve aumento no quadro de funcionários do Judiciário.

Conforme o levantamento, as despesas totais da Justiça Estadual, Federal e do Trabalho atingiram R\$ 41 bilhões em 2010, valor equivalente a 1,12% do Produto Interno Bruto, a 2% dos gastos da União e dos Estados e a R\$ 212,37 por habitante. O montante de gastos totais foi 3,7% superior a 2009.

● **Balanco**

83,4 milhões

de ações tramitaram na Justiça em 2010, apenas 0,6% a mais que em 2009

R\$ 41 bi

foram as despesas em 2010, 3,7% em relação a 2009

91%

é a taxa de congestionamento de execuções fiscais na 1ª instância

30 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Barbosa retorna, mas STF segue incompleto

Sob críticas veladas de colegas de Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Joaquim Barbosa volta de nova licença médica nesta semana, mas já antecipou que não deve participar das sessões do plenário e da turma. Assim, processos polêmicos permanecerão à espera do ministro e da indicação pela presidente Dilma Rousseff do substituto da ministra Ellen Gracie, que se aposentou no início do mês.

Na lista de processos que aguardam julgamento no plenário do tribunal estão, por exemplo, a constitucionalidade das cotas raciais nas universidades, a possibilidade de interrupção da gravidez em caso de anencefalia e a constitucionalidade do decreto que regulamente a demarcação de terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombolas.

Barbosa relatou a colegas que ainda não se recuperou totalmente da cirurgia que fez no quadril. Disse que voltará ao gabinete e julgará processos que não demandam presença no plenário ou na turma, pois não tem condições físicas de passar horas sentado durante as sessões.

A pessoas próximas, o ministro reclamou por mudanças no regimento interno do Supremo. O texto não prevê alternativas, como a redistribuição de processos de seu gabinete, para o caso de ter de se afastar por mais tempo do tribunal. Na semana passada, o presidente do STF, Cezar Peluso, redistribuiu dois processos que estavam em seu gabinete à espera de julgamento, mas a troca foi uma exceção à regra.

A situação de Barbosa começou a gerar desconforto entre os ministros. Alguns reclamam de sobrecarga de trabalho com a ausência do colega. Como está licenciado, Barbosa não entra na lista de distribuição de processos com pedidos de liminar.

30 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

País já tem 134 juízes com a vida em risco, segundo novo levantamento do CNJ

O número de juízes ameaçados no Brasil passa de cem, de acordo com a última atualização do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Na lista, há 134 juízes que têm a vida em risco.

O pedido para a atualização dos dados foi feito em junho a todos os tribunais estaduais e federais. Segundo o CNJ, desde junho, a Corregedoria está elaborando um plano para a segurança dos magis-

trados. Um grupo formado por diversos conselheiros do CNJ está analisando medidas que deverão ser tomadas para a proteção dos juízes.

Na lista anterior, divulgada no dia 13, havia 69 juízes ameaçados, 13 sujeitos a situações de risco e 42 escoltados, muitos estão em duas situações ao mes-

mo tempo – ameaçados com escolta ou em situação de risco com escolta.

30
JUIZES SÃO
DO PARANÁ,
QUE TEM MAIOR
Nº DIVULGADO

CASO ELOÁ

Lindemberg vai a júri popular, decide Justiça

A Justiça de Santo André decidiu que Lindemberg Alves, acusado de matar Eloá Pimentel e manter outros três jovens reféns em 2008, deve ir a júri. O sequestro durou cerca de cem horas. Eloá foi morta e outra adolescente ficou ferida. O júri estava marcado para fevereiro deste ano, mas o Superior Tribunal de Justiça anulou, em novembro de 2010, a fase de instrução e o processo voltou à fase inicial. A Justiça recomendou que Lindemberg continue preso. O julgamento ainda não tem data e cabe recurso da decisão.

SÔNIA RACY

Raio X

O TJ-SP confirmou decisão que condena a prefeitura de Taubaté e o Estado a pagarem cem salários mínimos e mais R\$ 40 mil à família de paciente morto por gripe suína. Em hospital público, queixando-se de dores de cabeça, no peito e nas articulações (e com sangramentos), ele foi medicado com dipirona.

E sua internação, segundo a Defensoria Pública, foi rejeitada.

30 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

Senado pagou supersalários a 464 servidores em 2009, diz site

Congresso em Foco divulgou lista de quem recebeu acima do teto constitucional, com base em auditoria do TCU

BRASÍLIA

O site Congresso em Foco divulgou ontem a relação dos 464 servidores do Senado que, em 2009, recebiam salários acima do teto constitucional, que é a remuneração dos ministros do Supremo Tribunal Federal (STF). Na época, o teto salarial do funcionalismo era de R\$ 24,5 mil. Hoje, esse limite é de R\$ 26,7 mil.

A relação faz parte de uma auditoria do Tribunal de Contas da União (TCU), cujo resultado havia sido divulgado pelo Estado em novembro daquele ano.

De acordo com o site, os salários que em 2009 excediam o teto iam de R\$ 24.500,47 a até qua-

se R\$ 46 mil em um único mês. Conforme os cálculos do Congresso em Foco, o valor pago acima do teto para os 464 servidores chega a R\$ 850 mil por mês.

Estão na relação, por exemplo, a atual diretora-geral do Senado, Doriz Peixoto, com salário de R\$ 27.215,65 na época, e o ex-diretor-geral Haroldo Feitosa Tajra, com R\$ 27.538,62. Também é mencionado o diretor da Polícia Legislativa, Pedro Ricardo Araújo Carvalho, que recebia um salário R\$ 24.969,74 há dois anos.

O ex-diretor-geral do Senado

● **Benesses**

R\$ 850 mil

era o gasto mensal do Senado com os valores acima do teto

R\$ 24,5 mil

era o teto salarial em 2009

Agaciel Maia, pivô do escândalo dos atos secretos, não aparece na lista, mas sua mulher, Sânzia Maia, está na relação. Em 2009, ela recebia R\$ 24.630,68.

Brecha. Uma decisão aprovada pela Mesa Diretora do Senado em outubro de 2005, sem alarde, autorizou a Secretaria de Recursos Humanos a não calcular a função comissionada – gratificação dada para o exercício de determinado cargo – para efeitos do teto constitucional.

Um bônus criado em 2003 para beneficiar os técnicos legislativos também não é considerado nessa conta. Essas manobras abriram brechas para servidores ganharem acima do teto.

Ontem, o Ministério Público Federal recorreu contra decisão do Tribunal Regional Federal da 1.^a Região que liberou o pagamento de salários acima do teto do funcionalismo público a servidores do Senado.

O ESTADO DE S. PAULO

Câmara 30 AGO 2011 deve livrar Jaqueline Roriz hoje

Tendência é ela ser inocentada pela tese de que irregularidade foi anterior ao mandato

Nem a representação da Procuradoria-Geral da República, que na semana passada denunciou a deputada Jaqueline Roriz (PMN-DF) ao Supremo Tribunal Federal (STF) por peculato, deve comover os deputados. Nos bastidores, a previsão de líderes governistas e de oposição é de que Jaqueline se livra hoje, no plenário da Câmara, do pedido de cassação aprovado dois meses atrás pelo Conselho de Ética.

“O papel do Parlamento não é jogar sujeira para debaixo do tapete; é defender a sociedade e o contribuinte”, criticou o deputado José Antônio Reguffe (PDT-DF), diante da previsão geral de absolvição. Como o processo movido contra a deputada por quebra de decoro é o primeiro item da ordem do dia e será definido em votação secreta, Reguffe adverte que “o voto secreto tem funcionado como o principal insumo da indústria da impunidade no Congresso”.

A imagem e semelhança do ex-governador do Distrito Federal José Roberto Arruda, a deputada foi flagrada em vídeo, como revelou o *Estado*, recebendo dinheiro do delator da Operação Caixa de Pandora da Polícia Federal, Durval Barbosa. As investigações policiais mostraram que os recursos distribuídos por Barbosa eram provenientes de propina cobrada de empresários que prestavam serviços de informática ao governo do DF.

Relator do processo no Conselho de Ética, o deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP) terá 25 minutos para defender seu relatório favorável à perda de mandato. Mas a avaliação geral é de que Sampaio não repetirá, nem de longe, o desempenho no conselho, em que o relatório foi aprovado por 11 votos a 3. Diferentemente do plenário, o voto no Conselho de Ética é aberto.

Mais do que os apelos do ex-governador Joaquim Roriz a aliados de vários partidos, como o PMDB e o PSDB, para livrar a filha da degola, o que alimenta o sentimento generalizado de que a deputada sairá impune é a ausência de líderes trabalhando pela punição. Na prática, o que tem maior peso é o espírito de corpo, regido pela tese de que fatos anteriores ao exercício do mandato não podem servir para incriminar e cassar parlamentares.

Um líder de partido da base argumenta que os deputados não querem “abrir um precedente” de trazer fatos do passado a exame do Congresso. Argumenta também, que o assunto não está na agenda da sociedade: “Se o povo não está preocupado com a Jaqueline nem está prestando a atenção nisso, não vejo como a Câmara cassar o mandato dela”.

O ESTADO DE S. PAULO

ALEXANDRE PADILHA

E ROBERTO TYKANORI

30 AGO 2011

Crack - solução é acolher e reconstruir vidas

No início dos anos 1980, quando os primeiros casos de HIV foram registrados no País, a comunidade médica e as estruturas de saúde desconheciam a forma mais eficaz de tratar os pacientes, cujo número crescia em progressão geométrica. O dedo foi posto na ferida. Assim, apesar de todos os avanços ainda necessários, demos passos para começar a enfrentar essa epidemia mundial.

Hoje é mais do que evidente que o abuso e a dependência de drogas no Brasil – em especial do álcool e do crack – se transformaram numa nova chaga social. As vítimas acumulam-se, com graves repercussões na ocupação do espaço urbano, na exclusão econômica e social, na rede de saúde e na vida das famílias. Dados de pesquisadores da Universidade Federal de São Paulo evidenciam a complexidade que é tratar esses pacientes. Durante 12 anos acompanharam 107 dependentes do crack. Após esse período, 32,8% estavam abstinentes, 20,6% haviam morrido (a maioria, pela violência), 10% encontravam-se presos, 16,8% continuavam usando crack e cerca de 20% estavam desaparecidos, num destino incerto para quem esbarra em algum momento da vida com essa realidade.

A dependência, inclusive do crack, reúne situações sociais muito diversas: desde recursos para suportar a exclusão até estratégias para se sentir incluído. Nas estatísticas estão crianças na rua que se iniciaram nas drogas para suportar a fome e o frio, os trabalhadores rurais que acreditam que a pedra lhes pode fazer suportar toneladas a mais de cana-de-açúcar, profissionais liberais pressionados pelo desem-

penho no trabalho e jovens que querem alcançar, cada vez mais rapidamente, a inserção na turma. Para todos é crucial construir novos projetos e redescobrir sentido para a vida.

As raízes do problema são externas ao campo da saúde pública, mas sabemos que a rede de ambulatórios, de hospitais e de profissionais pode interferir no curso da dependência. Estamos convencidos de que uma abordagem bem-sucedida está relacionada a uma reestruturação do Sistema Único de Saúde (SUS) que possibilite aos Estados, aos municípios, à sociedade civil atuar em conjunto com o Ministério da Saúde, de forma articulada, no enfrentamento do crack e de outras drogas. O SUS, pela sua capilaridade e pelo seu compromisso com a defesa da vida, deve estar mais presente junto aos indivíduos, grupos e no ambiente social onde se inicia ou se perpetua a dependência de drogas.

Para uma ação eficaz é preciso distinguir o que precisa ser distinto: por um lado, reprimir e criminalizar, de forma vigorosa, o tráfico de drogas e o contrabando; por outro, acolher de forma humanizada e possibilitar o acesso dos usuários às diversas terapias, salvando vidas e evitando mortes precoces. Uma resposta da área de saúde poderá prevenir sofrimento pessoal, conflitos familiares, violência e acidentes urbanos.

Somente com a estruturação de uma rede de serviços que ofereça abordagens diferentes para diferentes indivíduos é que será possível aumentar as chances dos dependentes de reconquista-

rem sua vida e de a sociedade ganhar de volta seus cidadãos. Para ter sucesso o tratamento deve considerar e se adequar a necessidades distintas. Qualquer proposta que se pautar em apenas uma forma de ação ou um tipo de serviço está fadada ao fracasso. Ou seja, não pode ser só ambulatorial, nem somente clínicas de internação ou apenas espaços de internação prolongada.

Por isso o Ministério da Saúde propôs uma parceria à sociedade com Estados e municípios para uma nova rede de serviços. Num mesmo território serão ofertadas unidades básicas/Programas de Saúde da Família, consultórios volantes para abordagem e cuidado das pessoas em situação de rua, enfermarias especializadas em pacientes dependentes de álcool e drogas, unidades de acolhimento para pessoas que necessitem de internação prolongada, parcerias com entidades do terceiro setor e com comunidades terapêuticas. Além disso, vai capacitar os serviços de urgência e emergência como portas de entrada possíveis. E também ampliar para 24 horas o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Drogas.

O tema é polêmico, mas não nos devemos paralisar diante de dúvidas. Toda iniciativa que se pautar pelo respeito aos direitos individuais e pela proteção à vida deve ser defendida, até mesmo com o recurso à internação involuntária, na forma da lei. Mas nem ela – muito menos o uso da força – pode ser o centro da estruturação dos serviços de saúde e da estratégia de saúde. Nesse sentido, saudamos o recente protocolo organizado pelo Conselho Federal de Medicina, que apresenta uma abordagem contemporânea e equilibrada do tema.

O tema é polêmico, mas estamos prontos para pôr o dedo nessa ferida e começar a cicatrizá-la

CONTINUA

O ESTADO DE S. PAULO

CONTINUAÇÃO

30 AGO 2011

A qualificação profissional e o uso de tratamentos bem estruturados são fundamentais, mas uma abordagem multissetorial será decisiva para o sucesso desta empreitada. Nós, profissionais de saúde, precisamos estar cada vez mais preparados para proporcionar os cuidados necessários, porém sabemos que é imprescindível o envolvimento da sociedade e de outras políticas públicas – como educação, qualificação profissional, moradia, esportes e convívio comunitário – para produzir resultados duradouros.

Essa não é uma tarefa nova. Ao longo dos seus 22 anos, o SUS enfrentou vários desafios que também exigiram abordagem multissetorial. E mostrou-se capaz de enfrentá-los quando uniu a capacidade de quem sofre e agregou quem estava disposto a se mobilizar.

Este é o desafio: criar uma grande frente de saúde pública, comprometida com o tratamento, a recuperação e a reinserção dos milhares de crianças, jovens e adultos machucados pelo crack e outras drogas. Estamos prontos para pôr o dedo nessa ferida e começar a cicatrizá-la. Dessa forma estaremos cumprindo nossa missão.

*

RESPECTIVAMENTE, MINISTRO
DA SAÚDE E COORDENADOR
DE SAÚDE MENTAL DO
MINISTÉRIO DA SAÚDE

28 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO

GAUDÊNCIO TORQUATO

A sustentável leveza dos setentões

Certas leis não respiram o cheiro do tempo e acabam caindo na obsolescência

A questão está na ordem do dia, sob roteiro de combatentes e defensores dos dois lados: a aposentadoria compulsória do servidor público aos 70 anos deve ser mantida ou estendida para 75 anos? Os defensores da posição garantida pelo artigo 40 da Constituição federal amparam-se na tese da renovação de quadros e exigência das estruturas, reforçada pela crescente pressão dos grupos que o País incorpora a cada ano à massa de trabalho e que enxergam na administração pública larga via de acesso. Sob esse argumento, que deixa transparecer algum resíduo de civismo (é preciso acreditar nesse sentimento louvável), embutem-se traços do *ethos* nacional, particularmente os que explicam a acomodação e o gosto brasileiro de se amamentar nas tetas do Estado. Por isso a aposentadoria, quanto mais precoce, cai bem. Quando isso não ocorre, os exércitos setentões são barrados na vanguarda da administração pela espada compulsória. Cheios de vitalidade, dão meia volta e se integram rapidamente aos batalhões que lutam na arena do mercado. São poucos os que recolhem suas armas. Em alguns espaços – altas Cortes do Judiciário e universidade – a batalha pela aposentadoria mais retardada, aos 75 anos, ganha relevo por abrigar componentes conceituais e valorativos de monta. Merece maior atenção.

O arsenal argumentativo parte da leitura de que no auge do vigor intelectual, quando exhibe densa bagagem jurídica, domínio pleno das técnicas processuais e vívida identificação com a alma social, o magistrado é retirado de sua “casa”, abrindo um vácuo cujo preenchimento se dá apenas quando o substituto adquire a experiência do antecessor. Depois de certo tempo,

preenchido o vazio e reposto o acervo da Corte – pelo entendimento de que o exercício do debate e do convívio é fundamental para a elevação do discurso de seus componentes –, chega-se, novamente, ao ponto de quebrar: outro setentão chega ao final da jornada. Final? Sim, por conta da determinação constitucional. Certas leis, porém, não respiram o cheiro do tempo, caindo na obsolescência. Ora, aos 70 anos os magistrados ascendem àquele patamar onde Bacon os homenageia com respeitosa expressão: “Instruídos, sábios, reverendos, circunspectos, íntegros, preparam o caminho para a justa sentença, como Deus costuma abrir o seu caminho elevando os vales e abaixando as montanhas”.

Demonstração cabal da vitalidade de juízes que se aposentam no ápice da vida profissional é o reingresso no mercado do trabalho pela porta da advocacia, por onde muitos começaram a trajetória. A troca da toga pela beca tem sido comum entre nós, a denotar que o percurso do magistrado poderia durar mais uns aninhos. Retirar de campo parcela da plêiade da Justiça quando esta brilha no ponto mais alto de sua carreira parece uma medida desprovida de bom senso. Um luxo desnecessário. Alguém poderá objetar: nada se perde porque os magistrados continuarão a prestar serviços ao País em outros campos. Em termos. As instâncias superiores do Poder Judiciário são, por excelência, as que mais carecem de quadros de invulgar cultura jurídica para fazer correta interpretação das leis e exercer, de maneira exemplar, a sagrada liturgia de aplicação da justiça. Portanto, estender a obrigatoriedade da aposentadoria ao limite de 75 anos seria decisão condizente com o figurino de um país que zela pelo patrimônio do saber acumulado. Compreende-se a necessidade de dar oportunidade aos mais jovens e abrir os pulmões das instituições. Mas na esfera mais alta do Judiciário a

balança pende para a carga da sapiência, que não pode ser deixada de lado.

A par dessa abordagem, há o fator científico, que põe em relevo a taxa crescente de expectativa de vida dos cidadãos – no caso brasileiro, estimada em 73 anos em 2008, e com possibilidade de atingir em 2015 quase 75 anos (em 2050 a projeção é de 81,2 anos de vida). Em dez anos, entre 1998 e 2008, esse indicador cresceu 3,3 anos, segundo o IBGE, a denotar que os avanços tecnológicos, ao esticarem a régua da vida, contribuem para alongar os ciclos profissionais. Assim, o tempo para um servidor público entrar na compulsória, sob as conquistas da ciência da longevidade, é diferente do espaço de duas décadas atrás, ou, para ser mais claro, da baliza gerada pela Carta de 88. Se considerarmos que a taxa de mortalidade infantil, no Brasil, declina há bom tempo – caiu quase 30% de 1998 para 2008 – e a população idosa continua a se expandir, poderemos prever o impacto da “bomba-relógio” que se arma nas imediações do sistema da Previdência. Esse, porém, é um capítulo à parte nessa história.

Voltemos aos danos causados ao País pela aposentadoria compulsória de servidores com 70 anos. Estudo da Fiesp mostra que o Brasil economizaria R\$ 1,4 milhão/ano por trabalhador se o período de trabalho fosse estendido para 75 anos. Em cinco anos, a economia na esfera federal seria de R\$ 2,4 bilhões. Jogando a planilha nos Estados e municípios, a conta chegaria aos R\$ 5,6 bilhões em cinco anos. Sob esse dado, ganha força a PEC 457/05, aprovada no Senado e tramitando na Câmara, que propõe alterar a idade para a aposentadoria compulsória do servidor. A trombeta corporativa de grupos que lutam para galgar a escada do poder fará muito barulho. Espera-se, contudo, que o argumento racional não seja engolfado pelo adjetivo emocional.

CONTINUA

28 AGO 2011

O ESTADO DE S. PAULO CONTINUAÇÃO

Vale, por último, um rápido olhar na nação que se esforça em proclamar a força de suas instituições democráticas: os Estados Unidos da América. Ali os juízes da Suprema Corte podem permanecer no cargo até a morte. São inamovíveis. Enquanto tiverem boa saúde, física e mental, permanecem na ativa. Contam-se na mais alta Corte americana juízes com quase 80 anos.

! { A conclusão é irretorquível: os setentões daqui e de lá, do alto de seu vigor, escrevem as páginas mais memoráveis dos livros de sua vida. Não são dispensáveis. Ao contrário, são plenamente sustentáveis em seus postos.

JORNAL DO ESTADO

CNJ

Judiciário está mais caro, mas eficiência não aumentou

30 AGO 2011

Dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) mostram que o Judiciário brasileiro está mais caro, conta com mais juízes e servidores, mas a eficiência não aumentou. De cada cem processos em tramitação em 2010 apenas 30 foram finalizados ao longo do ano.

“Todo mundo sabe que esses números não deixam nenhuma dúvida de que há um déficit muito grande em relação às demandas da sociedade e à capacidade do Judiciário de responder. É preciso ir a cada causa em si que tem de ser verificada agora a partir dos números”, comentou o presidente do CNJ, Cezar Peluso. “Os números, na verdade, são uma coisa preocupante. É com base neles que o Judiciário vai tentar saber o que é que está acontecendo”, acrescentou.

As cobranças judiciais de dívidas seriam as principais responsáveis por esse quadro. De acordo com o levantamento “Justiça em Números”, as ações de execução fiscal têm uma taxa de congestionamento de 91% na primeira instância. “Dos 83,4 milhões de processos em tramitação na Justiça brasileira em 2010, 27 milhões eram processos de execução fiscal, constituindo aproximadamente 32% do total”, informa o estudo. A taxa de congestionamento tenta medir se os novos processos e os antigos são resolvidos ao longo do ano. Peluso disse que parte desses processos de execução discute a cobrança de pequenos valores por entidades e órgãos de classe. Para exemplificar, ele afirmou que uma ação judicial para cobrar R\$ 1,5 mil custa em média R\$ 4,5 mil para o Judiciário.

EM ALTA

Em 2011, no Tribunal Regional Federal da 4ª Região (TRF4), uma apelação cível eletrônica tramita 77,21% mais rápido do que uma em papel. O tempo médio caiu de 272 dias para 62 dias. Já nos mandados de segurança, a queda chega a 55,42%. Nos agravos de instrumento, a redução é de 43,75%.

30 AGO 2011

JORNAL DO ESTADO

Presença de esposa de Derosso ainda é incerta

A um dia do fim do prazo regimental para apresentação do relatório, o Conselho de Ética da Câmara Municipal, espera ouvir hoje o depoimento da esposa do presidente da Casa, João Cláudio Derosso, a jornalista Cláudia Queiroz. Ela está envolvida nas denúncias contra o parlamentar, que dão conta de irregularidades na licitação de serviços de publicidade, que a teriam favorecido. A sessão aconteceu às 17h30, mas a presença da jornalista ainda é incerta, já que por não ser funcionária da Casa, ela foi apenas convidada e não convocada a comparecer.

Na tarde de ontem, os vereadores do Conselho ouviram a comissão de licitação para contratação das empresas de publicidade e os servidores municipais que respondiam pela direção de Administração e Finanças da Câmara Municipal, na época do contrato e atualmente.

Nas oitavas, quatro funcionários da Casa teriam dito que Cláudia assinou um documento declarando que não tinha nenhum impedimento para participar do processo de licitação

para os contratos de publicidade da Câmara. Ainda no depoimento, os membros da comissão de licitação afirmaram que não era papel da comissão checar as informações prestadas pela jornalista.

“Eles afirmaram que não tinham condições de verificar a veracidade das informações prestadas. Acreditamos que a Casa deveria criar algum mecanismo para que isso acontecesse, pelo menos com as empresas que passam para a 2ª fase do processo licitatório”, opina a vereadora do Partido dos Trabalhadores e suplente do Conselho, Professora Josete.

A Oficina de Notícias, empresa da esposa de Derosso, venceu uma licitação em 2006 para a contratação de serviços de publicidade para a Câmara Municipal, que rendeu cerca de R\$ 5 milhões entre 2006 e 2011. O presidente da Casa afirma que não tinha relacionamento com ela à época. A licitação ocorreu enquanto Cláudia era funcionária comissionada da própria Câmara, o que é vedado pela Lei de Licitações. (AK)

30 AGO 2011

METRO

TJ-PR faz conciliação do Seguro DPVAT

O Tribunal de Justiça iniciou ontem o mutirão de conciliação do Seguro DPVAT, que vai realizar 1,2 mil audiências até o dia 6 de setembro.

“Hoje, damos início a mais uma parceria pela paz social, dessa vez com a Seguradora Líder, que controla os seguros obrigatórios feitos por 68 empresas seguradoras”, disse o desembargador Valter Ressel durante a abertura do evento.

1,2 mil audiências serão realizadas pelo TJ-PR e a Seguradora Líder sobre o Seguro DPVAT até o dia 6 de setembro.

“Vamos agilizar o dever legal de pagar essas indenizações por acidentes de trânsito”, completou. Foi assinado convênio entre o TJ e a Seguradora Líder, definindo as atribuições das partes. ● METRO CURITIBA

30 AGO 2011

METRO

Justiça só conclui 30% dos processos

► Balanço divulgado ontem pelo CNJ mostra que quase 60 milhões de ações ficaram sem solução em 2010

Apenas três de cada dez ações que tramitavam na Justiça federal foram julgadas em 2010, segundo dados divulgados ontem pelo Conselho Nacional de Justiça.

Feito com base em informações enviadas por tribunais de todo o Brasil, o relatório "Justiça em Números 2010" mostra que a Justiça brasileira ficou ainda mais congestionada no ano passado: o índice, que era de 67% em 2009, subiu para 70%. Em números, são quase 60 milhões de processos que ficaram sem solução em 2010, dos 83,4 milhões que tramitaram no Judiciário.

De acordo com o levantamento, a pior situação está na Justiça estadual, que não concluiu 72% dos

83,4

milhões de processos tramitaram na Justiça brasileira em 2010, segundo relatório do Conselho Nacional de Justiça.

processos em 2010.

Para o Conselho Nacional de Justiça, o maior gargalo está nas varas de execução – onde os processos aguardam somente o cumprimento da decisão –, que têm taxa de congestionamento de 84%.

“Os números não deixam dúvida de que há uma diferença entre as demandas da sociedade e a capacidade do Judiciário de resol-

ver os assuntos”, afirmou o presidente do STF (Supremo Tribunal Federal), ministro Cezar Peluso.

Foram dadas 22,2 milhões de sentenças em 2010. Isso significa que, em média, cada um dos 16,8 mil magistrados do país proferiu 1.318 sentenças.

Em 2010, o Judiciário recebeu 24,2 milhões de novos processos – um milhão a menos do que em 2009. É a primeira queda registrada desde 2004.

O relatório revela, ainda, que a Justiça gasta quase 90% dos recursos (R\$ 36,7 bilhões) com despesas de pessoal.



ARIEL.KOSTMAN
@METROJORNAL.COM.BR

METRO 30 AGO 2011

MP diz que Derosso cometeu improbidade

- ▶ Promotora diz que deve ajuizar denúncia contra presidente da Câmara até meados de outubro
- ▶ Vereadores de oposição pedem afastamento de Derosso
- ▶ Partidos indicam nomes para compor a CPI

MP acusa Derosso de improbidade

- ▶ Ação deve estar concluída para ajuizamento em meados de outubro
- ▶ Hoje, vereadores de oposição pedem afastamento do presidente da Câmara

A promotora de Justiça Danielle Gonçalves Thomé disse ontem ao Metro que até meados de outubro já deve ter ajuizado ação civil pública por improbidade administrativa contra João Claudio Derosso (PSDB), presidente da Câmara, por ter contratado a empresa de comunicação Oficina de Notícias quando a sua proprietária era funcionária do Legislativo Municipal. A proprietária da empresa é Clau-

dia Queiroz Guedes, que depois de contratada acabou se tornando mulher do presidente da Câmara.

O resultado da licitação foi em abril de 2006 e Claudia foi exonerada em maio. Em depoimento à Comissão de Ética da Câmara, Derosso disse que o contrato foi assinado quando Claudia não era mais funcionária.

Segundo Danielle Thomé, existe a possibilidade de incluir outras acusações

na ação, dependendo da investigação, mas a improbidade já está configurada. "É vedada por lei a contratação de empresa de servidor", disse.

A Oficina de Notícias e a Agência Visão ganharam a licitação em 2006 e desde então vêm tendo seus contratos aditados. A Visão recebeu R\$ 26 milhões e a Oficina de Notícias, R\$ 5,1 milhões no período.

● METRO CURITIBA

CPI

- 1 Comissão terá nove integrantes. Proporcionalidade será definida.
- 2 Já indicados: Pedro Paulo (PT), Tito Zeglin (PDT), Denilson Pires (DEM), Zezinho Sabará (PSD), Paulo Salamuni (PV), Zé Maria (PPS), Juliano Borghetti (PP), Algaci Túlio (PMDB) e Dirceu Moreira (PSL).

METRO 30 AGO 2011

Centro Cívico tem imóveis tombados

► Prédios do poder público e algumas escolas são agora considerados patrimônio histórico do Paraná

RODRIGO LEAL/METRO CURITIBA

Um conjunto de 15 imóveis que compõem o conjunto urbanístico e arquitetônico do bairro Centro Cívico foi tombado pelo Conselho Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico do Paraná.

O Centro Cívico foi o primeiro centro administrativo do poder público projetado em linguagem moderna no Brasil, antecedendo em quase uma década a realização de Brasília.

A região é, desde sua idealização, nos anos 1950, palco para manifestações da comunidade, conforme reforça Marcos Meyer, membro do conselho. "Por isso cabe o reconhecimento da importância desse conjunto como parte integrante da história do Para-



ná e a formalização da garantia de sua conservação futura", argumenta.

Os novos patrimônios históricos se somam a ou-

tros quatro: Colégio Estadual do Paraná, Passeio Público, Palacete Leão Júnior e Bosque do Papa.

● METRO CURITIBA

Patrimônio

Foram tombados ontem:

Palácio Iguacu
Colégio Estadual Tiradentes
Praça 19 de Dezembro
Praça Nossa Senhora da Salete
Prefeitura
Casa da Criança (que abrigou a antiga LBA)
Tribunal do Júri
Palácio da Justiça
Assembleia Legislativa
Tribunal de Contas
Museu Oscar Niemeyer
Toda a extensão da avenida Cândido de Abreu (sem os imóveis)
Escolas estaduais Dom Pedro II, Dr. Xavier da Silva e o antigo Grupo Escolar Cruz Machado, onde hoje funciona a Delegacia de Antitóxicos

Teto máximo para servidor

PARANAPREVIDÊNCIA. Uma equipe formada por técnicos da ParanaPrevidência e secretarias do governo estadual está elaborando o projeto do novo plano de custeio da previdência dos servidores estaduais. A pauta de trabalho inclui mudanças importantes para o Fundo de Previdência do Estado. Entre elas está a fixação de um teto máximo para aposentadorias dos futuros servidores estaduais.

● METRO CURITIBA

FOLHA DE LONDRINA

INFORME 3 0 AGO 2011

Recorde

A Central de Atendimento ao Eleitor de Curitiba bateu recorde de atendimento no último domingo, com recadastramento de 8.191 eleitores, número equivalente ao eleitorado de Balsa Nova, primeiro município do Paraná a passar pelo recadastramento biométrico. Desde o início do processo já foram atendidos 458.362 eleitores, o que corresponde a 35% do eleitorado total da Capital. Todo o eleitorado de Curitiba - e somente Curitiba - deve ser recadastrado pelo sistema biométrico, que identifica o eleitor através das impressões digitais, para as eleições de 2012.

MAZZA

Urbs

O Judiciário em princípio não aprovou a desistência da ação dos cartel do transporte coletivo contra Urbs quando firmaram um acordo. Foi uma chance de chegar na caixa preta, sempre referida e nunca aberta. Dizem que é pior do que a bolsa de Pandora. O sindicato trocou a dívida pelo valor da outorga.

30 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

Cresce pressão para CPI contra Derosso

Vereadores de Curitiba insistem em afastamento do presidente da Câmara enquanto durarem as investigações

Curitiba - Passadas duas semanas desde que 34 vereadores de Curitiba assinaram documento para criar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar as denúncias contra o presidente da Câmara de Vereadores da capital, João Cláudio Derosso (-PSDB), ainda não se tem previsão de quando os trabalhos de investigação devem começar. Entre as denúncias levantadas no último mês, Derosso é acusado de beneficiar a mulher dele, Cláudia Queiroz Guedes, em licitação dos contratos de publicidade e de nepotismo cruzado, por empregar a cunhada na Câmara.

Para tentar agilizar os trâmites internos da Câmara de Curitiba, os partidos de oposição prometem apresentar requerimentos para estabelecer e cobrar prazos para o andamento dos trabalhos. A demora para a instalação efetiva da CPI se prolonga porque ainda não se chegou a um consenso sobre a proporcionalidade dos partidos que devem integrar a comissão. A princípio, são nove vereadores e todos os partidos - com exceção do PSDB de Derosso, que tem direito a três membros - já defini-

ram seus representantes: Pedro Paulo (PT); Denilson Pires (DEM); Tito Zeglin (PDT); Zezinho do Sabará (PSB), Zé Maria (PPS) e Paulo Salamuni (PV).

O líder da oposição na Câmara de Curitiba, vereador Algaci Túlio (PMDB), trabalha com a possibilidade de que esse total possa aumentar para 11 representantes, o que proporcionaria a participação do próprio Algaci Túlio nas investigações. O peemedebista ainda almeja a presidência da CPI. Já o PSDB

definiria os nomes de composição da CPI em um jantar, previsto para a noite de ontem.

Uma reunião dos partidos de oposição, ontem, também serviu para endossar a reivindicação de afastamento de Derosso das atividades parlamentares enquanto durarem as investigações. Segundo Algaci Túlio, o pedido formal deve ser apresentado hoje para ser votado em sessão plenária na Câmara. "Queremos o afastamento imediato do presidente de suas funções para evitar maior contaminação ao processo de instalação da CPI, já que boa parte dos procedimentos passam pelas mãos dele", lembrou o vereador Pedro Paulo (PT).

Um novo protesto de representantes do movimento "Fora Derosso" está sendo organizado para amanhã, com concentração a partir das 9h na Praça Santos Andrade, no centro de Curitiba. Amanhã é o dia estabelecido para entrega do relatório do caso Derosso, produzido pelo Conselho de Ética da Câmara, que também analisa as irregularidades nos contratos assinados com a empresa Oficina da Notícia, de propriedade da esposa de Derosso.

***Movimento
"Fora Derosso"
está marcado
para amanhã***

30 AGO 2011

FOLHA DE LONDRINA

MP pede afastamento de prefeita de Cambira

O promotor Eduardo Cabrini, da Promotoria de Defesa do Patrimônio Público da comarca de Apucarana, está pedindo o afastamento da prefeita do município de Cambira, Neusa Bellini, por improbidade administrativa. Neusa Bellini é acusada pela contratação de funcionários públicos sem concurso. Numa das denúncias, a que está gerando o pedido de afastamento, a prefeita teria contratado irregularmente dois motoristas de ambulância.

“Além da grave irregularidade da contratação sem concurso, também há o fato de que essas pessoas não receberam capacitação adequada para dirigir esse tipo de veículo”, assinala Cabrini. Neusa Bellini é esposa do ex-prefeito Sidney Bellini (PSDB), cuja candidatura foi impugnada às vésperas do pleito, em 2008. Com a impugnação, Sidney Bellini colocou a esposa na disputa e acabou vencendo a eleição. Hoje, ele é secretário de Administração, despachando no gabinete da mulher.

Neusa Bellini é candidata à reeleição em 2012, mas o Ministério Público está pedindo, além da perda de mandato e bloqueio de bens, a perda dos seus direitos políticos. Segundo Davi Joaquim Batista, presidente da Câmara de Cambira, a prefeita responde a 32 denúncias de irregularidades. A FOLHA não conseguiu falar com a prefeita ontem à tarde.

TRIBUNA DO PARANÁ

Investigação

Oposição pede que parlamentar deixe a presidência da Câmara. Requerimento deve ser votado na sessão de hoje

Cerco se fecha

30 AGO 2011

Enquanto aguardam a abertura da CPI para investigar as supostas irregularidades cometidas pelo presidente da Câmara de Curitiba, os partidos de oposição preparam requerimento pedindo que Derosso deixe a presidência da Casa, pelo menos, durante o período da investigação. O documento, que deve ser votado na sessão de hoje, foi discutido em reunião dos vereadores com integrantes do movimento #ForaDerosso, na manhã de ontem.

“Queremos que, durante a CPI, ele se afaste, para que os movimentos dele como presidente da Casa não contaminem as investigações”, disse o integrante do PT na CPI, vereador Pedro Paulo. “Só assim garantiremos a investigação profunda”, completou. O advogado e ex-vereador pelo PT André Passos está orientando o grupo juridicamente. “Só vamos apresentar quando tiver todo o embasamento jurídico. Não vamos bater esse pênalti na trave”, disse o líder da oposição, Algaci Túlio.

CPI

A oposição também cobrou da mesa agilidade na implantação da CPI. Com requerimento aprovado há mais de 15 dias, a comissão ainda não iniciou seus trabalhos por não ter seus membros definidos. “O PSDB do Derosso, que tem o direito de indicar três membros para a CPI, ainda não fez. Tem, ainda, a pendência dos partidos com menos de três vereadores, sobre quem terá direito à vaga”, disse Pedro Paulo. O líder do prefeito na Câmara, João do Suco (PSDB) disse que os nomes do partido deveriam ser definidos em reunião da bancada ontem à noite.

Segundo o vice-presidente Sabino Picolo (DEM), até agora, seis partidos (PT, DEM, PDT, PMDB, PPS e PSL) já indicaram os representantes, sendo que os três últimos sequer têm participação assegurada.

CNJ

Conciliar é fundamental para reduzir gargalos na justiça

29 AGO 2011

O estímulo à conciliação é fundamental para a pacificação de conflitos e conseqüente redução do alto grau de litigiosidade e de congestionamento do Poder Judiciário. A afirmação foi feita pelo conselheiro Fernando da Costa Tourinho Neto, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), ao presidir o painel intitulado “Excesso de Litigiosidade no Brasil: Panorama, razões e possíveis soluções à luz dos dados do Justiça em Números”, durante o Seminário Justiça em Números, realizado pelo CNJ nesta segunda-feira (29/8), quando foram apresentados os dados estatísticos do Poder Judiciário relativos ao ano de 2010.

“A conciliação é legal, podendo ser uma solução diante do alto grau de litigiosidade e congestionamento do nosso Poder Judiciário. Ela é fundamental, mesmo que seja muito difícil se chegar a um acordo de conciliação”, disse o conselheiro Tourinho Neto.

O painel contou com a exposição do professor Joaquim Falcão, ex-conselheiro do CNJ e diretor da FGV Direito Rio, e com a participação, como debatedor, do juiz de Direito do Rio Grande do Sul Carlos Eduardo Richinitti. Ambos buscaram interpretar os números divulgados pelo CNJ, que apontam para o ingresso, na Justiça Estadual, em 2010, de 17,7 milhões de processos, sendo o grupo dos maiores tribunais, formado por São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, responsável por 62% dos casos novos.

Além da alta litigiosidade, o Justiça em Números revelou que de cada grupo de 100 processos em tramitação no ano passado, 70 chegaram ao final do ano sem solução. Essa taxa de congestionamento é três pontos percentuais acima da verificada em 2009.

O ex-conselheiro Joaquim Falcão afirmou que os dados do Justiça em Números são um demonstrativo dos sintomas do Judiciário brasileiro, que servirão de base de discussões voltadas à remoção dos gargalos que dificultam a execução de uma prestação jurisdicional mais célere e de qualidade. Para o juiz Carlos Eduardo Richinitti, os dados do Justiça em Números “devem basear nossas discussões e esforços para evitar que haja um colapso no Judiciário brasileiro”.

CNJ

Para cobrar R\$ 1,5 mil, Estado faz Judiciário gastar R\$ 4,5 mil

29 AGO 2011

O ministro Cezar Peluso, presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), afirmou nesta segunda-feira (29/08) que o Estado provoca um gasto de R\$ 4,5 mil ao Poder Judiciário para cobrar uma dívida de R\$ 1,5 mil. Ele participou, pela manhã, da divulgação do resultado da pesquisa Justiça em Números, divulgada pelo CNJ, ao lado do conselheiro José Guilherme Vasi Werner.

Segundo o presidente do CNJ, a maioria das execuções fiscais é de pequeno valor, mas são milhões de processos que sobrecarregam a Justiça brasileira. O ministro ressaltou que a execução fiscal é uma das principais causas do grande volume de processos na Justiça. No ano passado tramitaram nos tribunais brasileiros 83,4 milhões de processos, 0,6% a mais do que no ano anterior. Em compensação, entraram menos processos em 2010 do que em 2009.

O ministro Peluso explicou que a estatística divulgada hoje “é o primeiro passo” para a análise da situação e para que se tenha conhecimento sobre o que está acontecendo no Judiciário. Ainda segundo o ministro, é preciso agora estudar os números para saber o que eles representam e traçar planos para corrigir eventuais falhas.

Despesa do Judiciário cresce abaixo da média histórica

CNJ 29 AGO 2011



A despesa do Judiciário no ano passado atingiu R\$ 41 bilhões, um aumento de 3,7% em relação a 2009. Mas o crescimento foi menor do que a média histórica. Nos anos anteriores, a despesa crescia à taxa de 8%, informou nesta segunda-feira (29/08) o conselheiro José Guilherme Vasi Werner, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O conselheiro divulgou estes dados durante a apresentação da pesquisa Justiça em Números,

realizada na companhia do presidente do CNJ, ministro Cezar Peluso, durante seminário que acontece durante todo o dia, em Brasília.

José Guilherme Vasi Werner ressaltou que, conforme a pesquisa, os gastos com recursos humanos no Judiciário apresentaram uma pequena queda entre 2009 e 2010. Isso pode indicar que os tribunais terão mais recursos para investimentos.

Em sua apresentação, o conselheiro destacou, também, a queda na quantidade de processos novos ingressados na Justiça no ano passado e lembrou que o Justiça em Números é importante para o autoconhecimento do Poder Judiciário. Os dados do Justiça em Números, trabalho realizado com base em informações dos tribunais de justiça, são fundamentais para o Judiciário planejar suas ações e atender a demanda da sociedade, afirmou o conselheiro.

CONJUR

TJ do Rio afirma que CNJ não tem poder para legislar

29 AGO 2011

A recente regra sobre procedimentos administrativos contra juízes do Conselho Nacional de Justiça, na Resolução 135, publicada no mês passado, sofreu um revés no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. Ao decidir se abririam ou não um procedimento administrativo contra um juiz, os desembargadores do Órgão Especial afirmaram que o dispositivo da Resolução que trata da prescrição dos processos disciplinares é inconstitucional. O mesmo entendimento deverá ser aplicado nos próximos julgamentos sobre o tema.

A Resolução 135/11 diz, no artigo 24: “O prazo de prescrição de falta funcional praticada pelo magistrado é de cinco anos, contado a partir da data em que o tribunal tomou conhecimento do fato, salvo quando configurar tipo penal, hipótese em que o prazo prescricional será o do Código Penal”.

O advogado do juiz, Onurb Couto Bruno, sustentou na tribuna que o procedimento já havia prescrito, pois a representação estava há quase um ano parada na Corregedoria do TJ fluminense. Ele disse que o prazo prescricional para a falta atribuída ao juiz — negligência — era de 180 dias.

Inicialmente, o corregedor do Tribunal, desembargador Azevedo Pinto, entendia que não estava prescrito, levando em conta o período de 180 dias. Segundo ele, esse prazo deveria ser contado a partir de momento posterior à instauração da representação. Azevedo Pinto entendeu, posteriormente, pela inconstitucionalidade do artigo 24 da Resolução do Conselho Nacional de Justiça.

Após a manifestação do corregedor, o desembargador Bernardo Garcez levantou a questão de ordem: o Tribunal teria de se manifestar sobre a constitucionalidade da Resolução 135, do CNJ. Para ele, a resposta era clara: Um órgão administrativo não poderia legislar estabelecendo prazo prescricional.

O Ministério Público foi instado a se manifestar no caso. O procurador Antonio José Campos Moreira afirmou que falta ao CNJ competência para legislar sobre prescrição. Ele também disse que cabe ao Legislativo definir qual será a regra. Isso porque o juiz é um agente político. Como a Lei Orgânica da Magistratura não trata dos prazos prescricionais, o que tem sido aplicado é o que está na lei sobre faltas funcionais cometidas por servidores da União.

O desembargador Valmir de Oliveira acrescentou que, ainda que não fosse inconstitucional, a regra não poderia retroagir para atingir o juiz do caso que estava sendo julgado.

Os demais desembargadores acompanharam o voto de Garcez, que disse que o prazo prescricional para o caso começava quando o juiz assumiu a Vara, em 2008. A decisão foi por unanimidade pela extinção do processo sem análise do mérito.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO CONJUR 29 AGO 2011

No caso concreto, um juiz estava sendo acusado de negligência. Segundo o advogado, quando ele assumiu a Vara, havia mais de 12 mil processos. O próprio pediu à Corregedoria que fosse feita uma inspeção. Ainda segundo Onurb Bruno, a inspeção da Corregedoria foi feita com juntadas de petição e conclusão de processos, sendo remetidos mais de 600 para o juiz. Posteriormente, ele foi acusado de não despachar nem sentenciar nos processos. “Quiseram jogar nas costas do juiz um atraso de muitos anos”, disse o advogado.

Onurb Bruno, juiz aposentado que atua com frequência na defesa de juízes no Rio, disse que o tema é reiterado: Há atraso por conta do mal funcionamento dos serviços auxiliares e não pela demora do juiz.

O presidente da Associação dos Magistrados do Rio de Janeiro, desembargador Antonio Cesar Siqueira, afirmou que o CNJ não pode, através de uma Resolução, mudar uma lei federal. No caso, aplica-se a Lei 8.112, que trata do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Federais.

Regra contestada

No final de julho, a Amaerj enviou requerimento à Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB) para que esta estudasse a viabilidade de entrar com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para contestar a Resolução 135 do CNJ. No dia 16 de agosto, a AMB apresentou a ação, lembrada pelos desembargadores do TJ do Rio. A AMB afirma que o CNJ não tem competência para uniformizar o trâmite de processos administrativos disciplinares contra juízes e as penas previstas para os casos de punição.

A Resolução 135 fixa a competência disciplinar para os tribunais "sem prejuízo da competência do CNJ, o que pressupõe a supremacia da competência do CNJ em detrimento da competência dos tribunais". Segundo a AMB, “essa redação é inaceitável porque altera radicalmente o texto constitucional. Em termos de técnica legislativa configura hipótese clara de fraude ‘normativa’, pois de forma intencional o órgão a quem incumbe regulamentar ou disciplinar determinado diploma legal, cria dispositivo normativo com sentido oposto ao da lei”.

Em entrevista à **ConJur**, o conselheiro Marcelo Nobre, disse que não há interferência nos processos disciplinares. "O que o CNJ quer fazer é que todos os tribunais tenham um processo administrativo disciplinar padronizado na sua generalidade, e não na sua especificidade. Cada tribunal irá tocar seus processos, sem interferência. Mas a forma como isso será tocado, o CNJ pode e deve estabelecer", afirmou.

CONJUR

Mutirões de conciliação recuperam R\$ 144 milhões ao SFH 29 AGO 2011

Os mutirões de conciliação feitos entre a Justiça Federal e o Sistema Financeiro de Habitação resultaram na recuperação de R\$ 144,6 milhões em créditos para a Caixa Econômica Federal entre janeiro e agosto deste ano. Desde 1º de janeiro, os cinco Tribunais Regionais Federais fazem mutirões entre os mutuários e representantes da Caixa e da Empresa Gestora de Ativos (Emgea) para renegociar dívidas na presença de um conciliador.

A Corregedoria Nacional de Justiça, os cinco TRFs e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal estabeleceram a meta de fazer 20 mil audiências de conciliação relacionadas ao Sistema Financeiro de Habitação até o fim do ano. Até agora foram 6,1 mil audiências, que resultaram em 2,8 mil acordos.

Os valores arrecadados vão para o Fundo Público, usado para financiar a casa própria de pessoas de baixa renda. De acordo com a corregedora nacional de Justiça, ministra Eliane Calmon, os acordos são importantes porque permitem o retorno de recursos financeiros ao FGTS, ajudando a financiar a casa de quem precisa. *Com informações da Assessoria de Imprensa do CNJ.*

PARANÁ ONLINE

**Informativo
Judiciário**

Tribunal de Justiça do Paraná

Cidadania honorária **27 AGO 2011**

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, e o 1º vice-presidente, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, serão homenageados no dia 2 de setembro com títulos de Cidadão Honorário de Londrina. As honrarias foram aprovadas pela Câmara Municipal, por sugestão do vereador Ivo de Bassi. Kfourri e Anunciação atuaram como magistrados em Londrina.

Fórum de Quedas do Iguaçu

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, autorizou o início das obras de reforma do Fórum de Quedas do Iguaçu. O Tribunal vai investir R\$ 543 mil para melhorar as condições de trabalho de magistrados e servidores e de atendimento à população. O presidente autorizou também o começo do processo licitatório para escolher a empresa que vai construir o novo Fórum de Terra Boa. O preço máximo para a obra é de R\$ 5,8 milhões. O desembargador Miguel Kfourri Neto assinou a ordem de serviço para a realização dos projetos complementares para construção do Fórum de Clevelândia. Os projetos complementares vão custar R\$ 87 mil.

Novas Varas para Colombo

No último dia 23 de agosto foram instaladas pelo presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, a 2ª Vara Cível e a 2ª Vara Criminal do Foro Regional de Colombo. De acordo com o presidente Kfourri Neto, até o final do ano o TJ deverá instalar cerca de 40 varas em todo o Paraná. A solenidade de instalação das Varas teve uma homenagem à magistrada Mila Aparecida Alves da Luz, que atuava em Colombo e faleceu em 8 de janeiro deste ano. O Órgão Especial aprovou na sessão do dia 15 de agosto que o Salão do Júri do Fórum de Colombo tenha o nome da magistrada, assim como o Fórum Cível e o novo Fórum que será construído. Além das Varas de Colombo, em agosto o presidente Miguel Kfourri Neto instalou a Vara da Infância e da Juventude, Família, Registros Públicos, Acidentes do Trabalho e Corregedoria de Araucária. No mês passado foram instaladas quatro Varas da Fazenda Pública em Curitiba e duas em Londrina; a 3ª Vara Cível e a Vara de Família, Registros Públicos Acidentes do Trabalho e Corregedoria de São José dos Pinhais; e a 3ª Vara Cível de Guarapuava

Segurança dos magistrados

CONTINUA

PARANÁ ONLINE

CONTINUAÇÃO

O presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Miguel Kfourri Neto, anunciou investimentos de cerca de R\$ 300 mil na compra de automóveis blindados e de coletes à prova de balas, para uso de juízes ameaçados por criminosos no Paraná. As iniciativas em estudo para garantir a segurança dos magistrados incluem a criação do Batalhão Judiciário e o monitoramento à distância dos Fóruns. "O fundamental é que o juiz saiba que estão sendo tomadas medidas de segurança e que o Tribunal se preocupa com ele. Temos que prover segurança às autoridades encarregadas de aplicar a lei", afirma. Em audiência com o governador Beto Richa, o desembargador Kfourri solicitou a inclusão, no programa Paraná Seguro, de adequado policiamento nos Fóruns das 157 Comarcas do Paraná. O uso do registro de preços da Polícia Militar vai agilizar a compra de coletes à prova de balas, que deve ser feita neste mês de agosto. O registro de preços é uma modalidade de concorrência usada pela administração pública em que o fornecedor se compromete a entregar mercadorias a um preço pré-definido. Serão comprados 12 coletes - seis masculinos e seis femininos.

Remessa de armas armazenadas

27 AGO 2011

O corregedor-geral da Justiça, desembargador Noeval de Quadros, enviou aos magistrados do Paraná ofício circular (79/2011) sobre o mutirão para remessa de armas e munições armazenadas nos Fóruns ao Ministério do Exército. A medida atende a Resolução 134 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). O documento tem instruções aos magistrados sobre a preparação das listas de armas, que devem ser entregues à Casa Militar até o dia 30 de setembro.

Convênio

Convênio assinado no último dia 24 pelo presidente do Tribunal de Justiça do Paraná em exercício, desembargador Onésimo Mendonça de Anunciação, e pelo presidente do Tribunal Popular Superior da Província de Jiangsu, República Popular da China, Gong Pixiang, marcou o apoio do Tribunal de Justiça no estabelecimento de uma relação de amizade e cooperação na área jurídica, por meio de consultas recíprocas e troca de informações, visando ao desenvolvimento e aprimoramento da prestação jurisdicional e administrativa de ambos os Tribunais. A parceria tem como objetivos promover o intercâmbio e cooperação na área jurídica, no âmbito de relação amistosa entre os dois países; impulsionar as relações entre os Tribunais, visando estreitar as relações internacionais, por meio da promoção de estudos quanto ao direito comparado, além de gestão administrativa; incentivar visitas recíprocas de pessoal técnico e administrativo, para a troca de boas práticas e de projetos de interesse comum; e fortalecer o intercâmbio de jurisprudência, dentro do que for aproveitável pelos dois Tribunais. Participaram também da solenidade o desembargador Antonio Loyola Vieira, os juízes Frederico Mendes Júnior, Francisco Cardozo Oliveira, Eduardo Casagrande Sarrão, Marcos Galliano Daros, Fernando Ganen e Fernando Prazeres. Da delegação chinesa faziam parte ainda os juízes Lu Hongsheng, Tang Borong, Xie Guowei, Chu Hongjun, Shi Yongcai, Li Jiulin e Sun Zhe.

Convocação

O desembargador Paulo Roberto Vasconcelos foi convocado para substituir no Órgão Especial o desembargador Rafael Augusto Cassetari, a partir de 17 de agosto, durante o afastamento deste.

CONTINUA

CONTINUAÇÃO **PARANÁ ONLINE**

Correições

A Corregedoria-Geral da Justiça realiza correição geral ordinária em todos os escritórios judiciais e extrajudiciais nas comarcas de: Carlópolis, dia 29 de agosto; Joaquim Távora, 30; Ribeirão do Pinhal, 31; Santo Antonio da Platina, 1º e 2 de setembro.

Plantão Judiciário

27 AGO 2011

Os juizes de Direito Luciana Varela Carrasco (1º grau) e Pericles Bellusci de Batista Pereira (2º grau) respondem pelo Plantão Judiciário referente ao período 29/8/2011 a 05/9/2011. O serviço de plantão funciona entre o término do expediente forense (18 horas) e o início do expediente do dia seguinte (12h) e, também, durante as 24 horas do dia quando não houver expediente forense. O Plantão Judiciário de 1º e 2º graus de jurisdição atende no andar térreo do edifício do Palácio da Justiça, situado na Praça Nossa Senhora da Salete, s/nº, Centro Cívico, Curitiba. O telefone é (41) 3323 6767